



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DOS RECURSOS NATURAIS
E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL



LANA GLAYCE DIAS FERREIRA PONTES

**MULHERES, TRABALHO E DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA:
TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS EM TAILÂNDIA – PA**

BELÉM
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P813m Pontes, Lana Glayce Dias Ferreira

Mulheres, trabalho e dendeicultura na Amazônia : transformações e desafios em Tailândia-PA / Lana Glayce Dias Ferreira Pontes. — 2019.

93 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. André Luis Assunção Farias

Coorientação: Prof^a. Dra. Rosana Maneschy

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Desenvolvimento local. 2. Trabalho feminino . 3. Dendeicultura. I. Título.

CDD 307.72098115

GLAYCE DIAS FERREIRA PONTES

**MULHERES, TRABALHO E DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA:
TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS EM TAILÂNDIA – PA**

Dissertação apresentada para a obtenção do Título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

Linha de pesquisa: Uso e Aproveitamento de recursos Naturais.

Orientador: Dr. André Farias

Coorientador: Dra. Rosana Maneschy

BELÉM
2019

LANA GLAYCE DIAS FERREIRA PONTES

**MULHERES, TRABALHO E DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA:
TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS EM TAILÂNDIA – PA**

Dissertação apresentada para a obtenção do Título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

Linha de pesquisa: Uso e Aproveitamento de recursos Naturais.

Defendido e aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

Banca examinadora:

Prof. André Farias. - Orientador
Doutor em Desenvolvimento Sustentável (PDTU/NAEA/UFPA)
NUMA - UFPA

Prof. Dra. Denise Machado Cardoso. - Membro
Doutora em Desenvolvimento Sócioambiental (PDTU/NAEA/UFPA)
IFCH-PPGSA-UFPA.

Profª Dr. André Cutrim Carvalho - Membro
Doutor em Desenvolvimento Econômico
NUMA-UFPA

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por todos os avanços em minha vida, pelos desafios que venho conseguindo superar, pelos sonhos e projetos que realizei até aqui e o Mestrado é um deles. A minha família que sempre vem apoiando minhas escolhas.

Gratidão ao Professor Dr. André Farias, Professora Dra. Rosana Maneschy e equipe de professores do Numa/UFPA, pelas contribuições em minha formação acadêmica.

Grata às agricultoras que me concederam momentos de diálogo e aprendizado sobre essa caminhada das mulheres no campo em busca de seus direitos e por dias melhores para elas e suas famílias. Também à equipe do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tailândia pela atenção dispensada, ao Diretor de Meio Ambiente de Tailândia, a coordenadora da Coordenadoria de Política para Mulheres da Secretaria de justiça do estado do Pará, que se colocaram à disposição para as entrevistas.

Assim como aos professores que compõe a banca de defesa por suas valiosas contribuições e experiências compartilhadas para este estudo e para meu amadurecimento científico, profissional e pessoal.

RESUMO

O presente estudo busca compreender as transformações do trabalho feminino no campo e como este se relaciona com a proposta de desenvolvimento local, cuja questão norteadora enfatiza: Como se processam as transformações no trabalho feminino rural, considerando o avanço da monocultura da *Elaeis guineenses*¹? Esta pesquisa é parte integrante dos estudos que vem sendo realizados pelo grupo de pesquisa GAAGPAM/NUMA/FPA, sobre a Dendeicultura no Estado do Pará. Nesse diapasão, buscou-se identificar o perfil das mulheres que trabalham na cadeia da palma de óleo, sua escolaridade, relacionando a participação destas nas associações de agricultores rurais e nas tomadas de decisões. Assim, esta dissertação desenvolveu sua discussão teórica baseada em três categorias: Trabalho Feminino, Dendeicultura e Desenvolvimento Local, por meio da abordagem de Vandana Shiva e Regina Célia Di Ciommo; João Santos Nahum; Yayo Herrero, Rocha e Sobrinho, Farias nas respectivas categorias. A pesquisa teve uma abordagem quantitativa e qualitativa por meio de um estudo de caso, de caráter exploratório. Como técnica de pesquisa, foram realizadas entrevistas não diretivas, para coleta de informações através de um diálogo descontraído e entrevistas estruturadas com a utilização de questionários. Neste ponto buscou-se demonstrar as diferentes fases de desenvolvimento do trabalho empírico e as diferentes atividades promovidas em cada uma dessas fases. Analisou-se os dados levantados no estudo, na ordem das discussões da ecologia política e demais referenciais teóricos, dando lugar as transformações do trabalho feminino no campo com a chegada da dendeicultura no município.

Palavras-chave: TRABALHO FEMININO. DENDEICULTURA. DESENVOLVIMENTO LOCAL.

¹ Nome científico do dendê

ABSTRACT

The present article aims to understand the transformations of female labour on the farms and how it is related with the local environment proposal which reinforce: how those transformations of female labour on the farms are processed considering the breakthrough made in *Elaeis guineenses* monoculture? This research is an integral part of the studies which has been realized by the research group named GAAGPAM/NUMA/FPA about this monoculture in Pará State. That thought seek to identify the female profile of the women who works on the network of palm oil and their education, relating these women to the rural association overall and their decision-making. Therefore, this discussion focuses on the theoretical, more specifically in three categories: Female Labour, Dendê monoculture and Local Development, by the approach of Vandana Shiva and Regina Célia di Ciommo, João Santos Nahum, Yayo Herrero, Rocha and Sobrinho, Farias to the respective categories. The research strict approach in terms of quantitative and qualitative evaluation case report exploratory. As research technique it was realized non directive interviews for data collection through relaxed dialogue and structured quiz. At this stage were indicated the difference between the phases of empirical work developed and its distinct activities in which phase. The thesis is structured in three chapters which are disposed: Chapter One – Historical Context of Female Labour and Dendê Monoculture in Amazônia; Chapter Two – Theoretical Reflections and Methodological Procedures of Political Economy of the Environment to the case report; and Chapter Three – Transformations of Female Labour in Dendê Monoculture: Contradictions between domination and freedom in Tailândia (PA). It was analyzed datas gathered in the study in order of discussions of political ecology and others theoretical references giving rise to female labour transformations in the farms when the Dendê monoculture has arrived in the location.

Key-Words: FEMALE LABOUR. DENDÊ MONOCULTURE. LOCAL DEVELOPMENT

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS: DOS CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA COMPREENDER ECONOMIA POLÍTICA, GÊNERO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	13
2.1 Economia Política	13
2.2 Trabalho e Trabalho Feminino nos clássicos: diálogo entre Marx e Rosa Luxemburgo	14
2.4 Desenvolvimento Local e Território: noções sobre a aprendizagem territorial	20
2.5 Síntese teórica entre abordagem territorial e ecofeminismo	23
2.6 Procedimento Metodológicos: os caminhos da pesquisa no território do Dendê	27
3 CONTEXTO HISTÓRICO DO TRABALHO FEMININO E DA DEDENDEICULTURA NA AMAZÔNIA	31
3.1 A importância histórica do trabalho feminino	31
3.2 Dendeicultura na Amazônia: A monocultura como um grande projeto	33
3.2 Plano Estadual de Políticas para as Mulheres	40
4 AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO FEMININO NA DENDEICULTURA: CONTRADIÇÕES ENTRE A DOMINAÇÃO E LIBERDADE EM TAILÂNDIA (PA).	44
4.1 O Estudo de Caso: Tailândia	44
4.2 Contexto Estadual da Política Estadual da Política Estadual para Mulheres	53
4.3 Posse da Terra	58
4.4 Acerca das Entrevistas em Tailândia	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
BIBLIOGRAFIA	77
APÊNDICE A	80
APÊNDICE B	82
APÊNDICE C	84
APÊNDICE D	86
APÊNDICE E	88
APÊNDICE F	Erro! Indicador não definido.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho das agricultoras ainda sofre com a invisibilidade, pois mesmo que elas contribuam na renda da família, sua atividade ainda é compreendida por muitas pessoas como complementar da atividade realizada pelos homens, não sendo reconhecidas as atividades de plantio nos quintais das casas, como por exemplo, as hortas caseiras, pelas quais as mulheres são responsáveis. Nesse sentido, a falta de reconhecimento é o principal motivo pelo qual o trabalho feminino não é visto como produtivo. Dentre essas atividades, a dendeicultura, atividade que será estudada nesta dissertação, demanda o trabalho de homens e mulheres do campo. Levando em consideração que o trabalho feminino transcorre tanto fora de casa como dentro de casa (SLIPRANDI, 2000), é preciso analisar os aspectos de natureza feminina, bem como os de labor no campo, relação com o meio natural, com a terra, família, sociedade, local no qual residem, dentre outros.

A dendeicultura é uma monocultura e, como tal, representa um momento novo nas comunidades organizadas com base no trabalho familiar que antes plantavam culturas diversificadas e viviam da agricultura de subsistência. Nesse contexto, considerando que o trabalho feminino é tradicionalmente de dupla jornada, a questão da desigualdade torna-se ainda mais patente, onde a cultura patriarcal é marcante (SLIPRANDI, 2000). Assim, a análise dessa questão terá um olhar interdisciplinar com foco principal no trabalho feminino na dendeicultura. O objetivo desta pesquisa é buscar compreender transformações no trabalho feminino rural, considerando o avanço da dendeicultura, analisando os aspectos desde a intensificação da jornada de trabalho ao sentimento de liberdade e autonomia econômica.

Este trabalho desenvolverá sua discussão teórica baseada em três categorias: Trabalho Feminino, Dendeicultura e Desenvolvimento Local, por meio da abordagem de Vandana Shiva e Regina Célia Di Ciommo; João Santos Nahum; Yayo Herrero, Rocha, Sobrinho e Farias nas respectivas categorias.

A pesquisa foi realizada no município de Tailândia, no período de janeiro a abril no ano de 2018, no qual foram entrevistadas as mulheres vinculadas ao sindicato de trabalhadores rurais e associação de agricultores familiares que desenvolvem atividades na dendeicultura. Para isso, a metodologia utilizada parte das diretrizes da abordagem da economia política do meio ambiente, utilizando-se de métodos quantitativos e qualitativos, finalmente aprofundando a análise por meio da modalidade de um estudo de caso, no qual o objeto é abordado em seu meio ambiente próprio (SEVERINO, 2016). Também foram

realizadas observações do objeto em estudo, entrevistas não diretivas e estruturadas para coleta de informações diretamente solicitadas a alguns sujeitos pesquisados. Como recursos técnicos serão utilizados: máquina fotográfica, filmadora, gravador, computador, os quais auxiliarão no registro das falas, situações e imagens. Ao final do estudo foi construída uma cartilha, tendo como base as entrevistas, diálogos e observações realizadas com as agricultoras, tendo como proposta o fortalecimento da rede de mulheres em Tailândia por meio de algumas diretrizes para reativação do Conselho Municipal das Mulheres e Associação de Agricultoras de Tailândia.

Antes da chegada da agroindústria do dendê em Tailândia, as mulheres plantavam outras culturas e estavam inseridas, em uma outra lógica de trabalho. A chegada da Agroindústria gerou contradições na lógica de trabalho da mulher, pois agora, além do trabalho com a horta familiar, cuidados com filhos, idosos, surge a demanda de trabalho de mercado, com uma exigência de prazos e produção. Nesse sentido o trabalho feminino na dendeicultura ocorre em meio a tensões das exigências da agroindústria e das atividades de sustento da vida, que não podem deixar de serem realizadas.

Esse trabalho feminino no meio rural, na ótica das transformações e consequentes contradições, tem sido pouco estudado. Na dendeicultura, pode ser analisado desde a atividade na lavoura, nas atividades domésticas e também na horta familiar.

Tradicionalmente, o trabalho feminino transcorre tanto no campo, como dentro de casa; dessa maneira, é preciso analisar os aspectos de natureza feminina, bem como os de nível de escolaridade, participação sindical ou em movimentos sociais, labor no campo, relação com o meio natural, com a terra, família, dentre outros.

Portanto, ao analisar como a monocultura do dendê tem se relacionado com o trabalho das agricultoras e o papel desempenhado por elas neste cenário, busca-se compreender as transformações do trabalho feminino no campo e como este se relaciona com a proposta de desenvolvimento local.

A problemática do trabalho feminino precisa ainda ser mais aprofundada, como forma de perceber como vem ocorrendo no campo e sua relação com o desenvolvimento local, por este motivo a principal questão norteadora da dissertação constituindo-se no problema de pesquisa enfatiza: Como se processam as transformações no trabalho feminino rural, considerando o avanço da monocultura do dendê?

A principal hipótese indica que as transformações do trabalho feminino, na dendeicultura, ocorrem num processo dialético entre a sobre exploração do trabalho feminino e exigência de novos papéis sociais. Este processo pode indicar, ainda, uma relação de

dominação e pseudo liberdade, mediante a relativa autonomia financeira., seja através de trabalho direto ou indiretamente apoiando seus companheiros, representando uma mudança na vida dessas mulheres, no sentido do aumento da jornada de trabalho, considerando a lida doméstica e também as *bases materiales que sostienen la vida*² (HERRERO, 2013), tais como as atividades nas hortas familiares; o trabalho de cuidados com crianças, idosos, pessoas enfermas, observados na pesquisa de campo. Sabemos que no meio rural existe uma rígida divisão sexual do trabalho, que reconhece o trabalho feminino apenas como trabalho doméstico e secundário (SILIPRANDI, 2000); e em segundo momento, com relação às vivências dessas mulheres que carregam um sentimento de liberdade e autonomia financeira, assim como em auxiliar suas famílias, aumentando a capacidade de renda familiar por meio do trabalho na monocultura da palma de óleo.

A dissertação se reveste de relevância social e acadêmica. Importância social na medida em que se têm, de um lado, as possibilidades de geração de renda e empregabilidade para as mulheres, assim como os desafios da intensificação da jornada e novos papéis femininos. De outro lado, a abrangência da dendeicultura no estado do Pará (NAHUM, 2016) e a possibilidade de contribuição para a economia e o desenvolvimento local do município, mesmo com contradições sociais, ambientais e culturais. A importância acadêmica existe quando é possível perceber que as transformações, com a chegada das empresas de dendê, trazem impactos imensuráveis para a vida rural e para o trabalho feminino.

O estudo possui afinidade com a linha de pesquisa em Gestão Ambiental: Desenvolvimento Territorial e Ações públicas locais do Programa de Pós Graduação em Gestão de recursos naturais e desenvolvimento local na Amazônia, pois em última instância busca compreender as transformações no trabalho feminino rural, considerando o avanço da dendeicultura no município de Tailândia-PA, colaborando para lançar luzes sobre a Gestão Ambiental na medida que aponta as contradições entre capital e trabalho no processo de desenvolvimento e suas repercussões sobre a sociedade e a natureza.

A dissertação, em parte, também é um esforço coletivo, pois trata-se de temática trabalhada pelo GAAGPAM/NUMA/UFPA – Grupo de Avaliação Ambiental de Grandes Projetos na Amazônia, sobre o dendê, bem como a disposição do pesquisador juntamente com o orientador e coorientadora.

² La ecoddependencia y la interdependência, son las bases materiales que sostienen la vida, e rasgos constitutivos de la esencia humana son ajenas a la subjetividad y las representaciones mentales con las que comprendemos y actuamos en el mundo. El ecofeminismo puede ayudar a configurar una mirada diferente que dé luz a aspectos invisibles y subvalorados, pero insoslayables si se quiere iniciar una transición que evite un más que probable colapso.

Desta forma, o objetivo geral deste estudo é compreender as transformações no trabalho feminino rural, considerando o avanço da dendeicultura e sua relação com o desenvolvimento local, buscando identificar o perfil das mulheres que trabalham na cadeia da palma de óleo, sua escolaridade, relacionando a participação destas nas associações de agricultores rurais e nas tomadas de decisões.

A dissertação esta estruturada em três capítulos, os quais estão dispostos da seguinte forma: No capítulo 1, encontramos as Reflexões Teóricas e Procedimentos Metodológicos da Economia política do meio ambiente ao estudo de caso; no Capítulo 2 o Contexto Histórico do Trabalho Feminino e da Dendeicultura na Amazônia; e no capítulo 3 as transformações do trabalho feminino na Dendeicultura: contradições entre a dominação e liberdade em Tailândia (PA).

2 REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS: DOS CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA COMPREENDER ECONOMIA POLÍTICA, GÊNERO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo buscou-se construir a metodologia científica partindo dos pressupostos teóricos aos procedimentos práticos da pesquisa. Na primeira parte, as discussões se baseiam na discussão de quatro categorias e seus respectivos autores e abordagens: Economia Política, Trabalho Feminino, Dendeicultura e Desenvolvimento Local. Na busca de uma aproximação com o trabalho feminino, buscou-se compreender alguns conceitos de trabalho desde as concepções Karl Marx e de Rosa Luxemburgo, no que se refere, para chegarmos até a abordagem ecofeminista de Vandana Shiva, Regina Celia Di Ciommo e Emma Sliprandi, No que se refere a Dendeicultura buscamos trabalhar com as conceituações e reflexões de João Santos Nahum sobre o cultivo do dendê na Amazônia e seus impactos. Com relação ao desenvolvimento local as contribuições de Yayo Herrero, Gilberto Rocha, Mário Sobrinho e Farias e na Economia Política Paul Eliot Litte.

2.1 Economia Política

Esta abordagem, auxilia na compreensão do objeto deste estudo pois analisa as relações estruturais de poder. A economia política foi introduzida no ramo da ecologia política, sendo esta um campo de pesquisa da antropologia, a qual atesta uma constante ampliação do seu escopo de estudo por meio das representações de respostas da ciência ecológica para as novas realidades políticas e ambientais que as sociedades enfrentam atualmente. (Little, 2006)

Segundo Paul Little (2006) as mais importantes forças atuais são a aceleração do processo de globalização e a crescente crise ambiental no plano mundial e a economia política, introduzida no paradigma ecológico, traz à luz os choques entre os sistemas produtivos, detalhando os vínculos entre as mudanças econômicas e a crise ambiental. Os conflitos socioambientais são um grupo complexo de embates entre grupos sociais em função das distintas maneiras de se relacionarem com o meio natural e social.

Um fator interessante desta abordagem, diz respeito à visibilidade que os grupos marginalizados e os conflitos passam a ter, sendo importante ter uma compreensão da dinâmica interna do conflito, incluindo a identificação das polarizações das posições, mapeamento de alianças e coalizões, sabendo que no decorrer dos conflitos, as posições dos grupos podem mudar, de maneira que aliados se tornem rivais ou vice-versa. A percepção dos interesses e reivindicações em torno dos recursos naturais e do território, a interação entre os

diversos atores sociais envolvidos, identificando os discursos em choque e suas bases de legitimidade cultural e política e na distinção das distintas cotas de poder existentes, assim como as escalas de relações de poder dos sujeitos, pois existem sujeitos que se relacionam de uma região, para estado, país e outros que só tem relações no local, dentro da comunidade na qual esta inserido . (Little, 2006, p. 94)

Paul Little (2006, p. 99) nos diz da importância do conhecimento gerado pela pesquisa de abordagem em ecologia política:

O conhecimento gerado pela pesquisa em ecologia política pode também servir como subsídio para a formulação e implementação das políticas públicas que levam em conta as reivindicações dos grupos sociais em conflito. Ao levantar aspectos ocultos ou latentes do conflito e dar visibilidade a grupos marginalizados, o antropólogo pode contribuir para uma eventual resolução do conflito.

No que se refere a análise dos conflitos que perpassam pelo objeto deste estudo, o olhar da ecologia política permite a percepção e compreensão destes de maneira mais detalhada.

2.2 Trabalho e Trabalho Feminino nos clássicos: diálogo entre Marx e Rosa Luxemburgo

De acordo com as concepções de Karl Marx (1999), o trabalho é a atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para o seu sustento, haja vista que sem o trabalho não há produção, seja este remunerado ou não. Sendo uma atividade mental ou física, que produz bens ou serviços. Este diz que pelo trabalho o homem pode modificar a natureza, satisfazendo suas necessidades por meio do trabalho e criando outras necessidades e assim sucessivamente. Ou seja, o trabalho é uma atividade humana realizada com o objetivo de produzir uma forma de obtenção de subsistência. Ao fazermos uma reflexão histórica, constatamos que na idade média o trabalho rural era a principal forma de trabalho naquele período, a produção estava relacionada ao atendimento da necessidade daquele que produzia e não ao lucro. Tratando-se de uma relação próxima entre produto, produção, consumo. No decorrer da história, o trabalho vem sofrendo várias transformações, de acordo com as necessidades humanas. Marx percebeu essas mudanças e também as mudanças nas relações de trabalho, na qual em determinado momento surgiu a figura do proletário e do proprietário dos meios de produção (fábricas, máquinas, mercadorias, matérias primas).

O proletário é quem produz, quem faz o trabalho acontecer de fato, ele é quem cria riqueza, porém a contradição desta relação de trabalho, é o fato de que o proletário não é

proprietário de seu trabalho, chamado por Marx de Antagonismo de Classe. Segundo Marx (1999), o interesse do proletário e do proprietário dos meios de produção são diferentes, onde um almeja por exemplo melhores condições de trabalho, qualidade de vida e o outro quer produzir riqueza para ele mesmo enriquecer. Porém o Burguês, denominado por Marx (1999), só ganha quanto mais o proletário perde, ou seja, quanto mais o proletário trabalhar e quanto menor for o seu salário, maior será o lucro do dono dos meios de produção; surgindo assim a superexploração. Quanto mais tempo o trabalhador trabalha sem receber, maior é a economia que o Burguês faz, surgindo assim o que Marx chama de Mais Valia ou Mais Valor, ou seja, todo trabalho não remunerado, o tempo que o trabalhador não está recebendo, ele continua produzindo.

Marx (1999) nos diz que existem dois tipos de Mais Valia, a Absoluta na qual o proprietário aumenta a quantidade de horas trabalhadas, sem aumentar a remuneração e a Relativa na qual há um investimento em tecnologia, aumentando a produção, sem alterar a hora trabalhada e o salário do proletário. Assim o proletário começa a ver o dono dos meios de produção, ou capitalista, como a sua própria negação, aquele que tira do trabalhador a sua vitalidade, ou vice-versa.

Karl Marx (1999), afirma que o trabalhador é alienado de seu trabalho, não sendo dono de seu tempo e nem do produto criado por ele, sendo o dono o capitalista, ou seja, o proprietário dos meios de produção.

Importante percebermos que o valor atribuído ao trabalho depende do período histórico, do local e de quem o controla nos aproximando da análise deste estudo, que é o trabalho feminino rural na produção de dendê.

Neste estudo também buscamos as concepções de Rosa Luxemburgo, filósofa e economista marxista, tornando-se mundialmente conhecida pela militância do movimento socialista polonês e posteriormente do movimento socialista na Alemanha, nas suas contribuições com relação a ação autônoma das massas como a solução para todos os problemas da conjuntura das relações de trabalho (Luxemburgo, 2019).

Rosa Luxemburgo, na explicação do texto do Marx de maneira pedagógica para que os trabalhadores pudessem compreender (LOUREIRO, 1997), a qual nos diz que o desenvolvimento das relações de trabalho capitalistas criam de um lado, a grande indústria e a classe dos proprietários e de outro lado o trabalhador e a força de trabalho para vender e que precisa se submeter ao arbítrio do capitalista, tendo como consequência disso a terrível incerteza com relação ao amanhã (LOUREIRO, 1997), surgindo assim segundo Luxemburgo a necessidade histórica do socialismo. Dessa forma surge assim a concentração da

propriedade em poucas mãos, as grandes indústrias não tem mais apenas um proprietário, funcionando como sociedades por ações, ou seja, sociedades anônimas, dirigidas por um diretor pago, chamado atualmente de gestor, ou de administrador, não tendo mais a figura do capitalista, mas ainda configuram-se como grandes empresas com a figura do gestor. Nesse sentido Rosa Luxemburgo afirma a necessidade cada vez mais forte da tomada das fábricas, indústrias pelos trabalhadores e sua devolução para uso comum da sociedade como cada vez mais viável.

A sociedade humana depois de certo tempo com a continuidade do reinado irrestrito do capital cairia em uma selvageria geral. Consequentemente a eliminação do sistema capitalista se torna uma necessidade tão premente para o desenvolvimento da sociedade quanto foi em seu tempo a derrubada da escravidão. (LUXEMBURGO, 1985, p.139)

Rosa Luxemburgo (1985), afirma que nenhum centralismo, ou burocratismo devem ser aceitos, deve haver uma subordinação das organizações políticas à classe trabalhadora. Assim, ela disse que *o único 'sujeito' ao qual corresponde hoje o papel de dirigente é o eu coletivo da classe operária, que reclama resolutamente o direito de cometer ela mesma os equívocos e de aprender por si só a dialética da história* (LUXEMBURGO, 1985, p. 39-40).

O que chama atenção em suas reflexões é com relação a ênfase dada pela autora da a necessidade da classe trabalhadora tomar consciência de seus interesses de classe por meio da luta sindical e da luta política, sendo necessário se organizar em partido político.

Isabel Loureiro (1996) nos diz que Rosa Luxemburgo faz uma análise do modo de produção capitalista com as suas contradições, o qual cria desigualdade entre indivíduos, classes e nações, mercantilizando todos os domínios de existência, desde as colônias, passando pela natureza até o trabalho doméstico, destruindo os antigos modos de vida. Rosa Luxemburgo (1985) nos traz para as compreensões do porque os agricultores são aliados de seus espaços, tem sua mão de obra explorada, assim como a deterioração do meio ambiente, acabando com os vínculos sociais.

Isabel Loureiro (1996) nos diz em seus estudos sobre a obra de Rosa Luxemburgo que ela quando faz a análise detalhada de como o modo de produção capitalista penetra nos outros países não capitalistas, transformando-os a força em economias capitalistas, em como acontece a escala planetária da expansão do capitalismo. Para resolver o problema da acumulação de capital, ou seja, como esta irá acontecer, é necessário que as economias capitalistas e os seus estados invadam e ocupem as dimensões não capitalistas do planeta e

por isso que para acumular capital os capitalistas precisam ocupar territórios, essa realidade é visível por meio da implantação dos grandes projetos na Amazônia.

Desta forma podemos compreender neste momento o que ocorre com o modo de produção artesanal, com a agricultura familiar no meio rural, por exemplo, com a chegada da agroindústria, neste estudo, especificamente do dendê. Com a chegada da produção industrial as culturas vão sendo substituídas, assim como o modo de produção, modo de vida e o meio socioambiental.

Ela procura mostrar que existem várias formas de produção, em todos os países e que desde o início da era capitalista ocorrem trocas intensas entre as formas não capitalistas de produção e o capital, sendo estas desiguais e violentas, ela enfatiza em sua obra que o capital não pode coexistir sem os meios de produção e a força de trabalho de toda a parte, ela é uma das únicas que afirma que o capital precisa da força de trabalho das raças não brancas e como esta é absorvida pelo capital.

Para o pleno desenvolvimento da acumulação, o capital necessita de todas as riquezas naturais e de toda a força de trabalho de todas as regiões do globo, apossando-se de todas as terras e de todas as sociedades, dando o seu primeiro passo em sua chegada, com a destruição das economias naturais e dos modos de subsistência, forçando os pequenos produtores a entrarem no mercado mundial, destruindo as economias camponesas e as economias mercantis simples. Estas reflexões nos remetem para os dias atuais dos pequenos proprietários rurais com a chegada das grandes indústrias.

Outro fator importante abordado por Luxemburgo (1985) é quando ela diz que o capital acumula com a dívida e o endividamento crescente por meio do crédito internacional e da exportação de capitais e por meio da colonização formal e informal, no qual transforma regiões, países e povos em súditos das grandes nações capitalistas. Ela afirma que o capitalismo não tem como se sustentar, que quanto mais ele se esforce na destruição das culturas não capitalistas, mais rapidamente ele destrói a base da acumulação de capital.

Streeck (2014) sociólogo alemão em seu artigo “Como vai acabar o capitalismo?” nos diz que o capitalismo vai entrar em colapso, não tendo como se manter, enfatizando três tendências: o declínio da taxa de crescimento, aumento do endividamento dos principais países capitalistas, ou seja, o endividamento de governos, de empresas, de bancos, de famílias; e a terceira tendência é o aumento crescente da desigualdade da renda e da riqueza. O sociólogo nos diz que o capitalismo entrou em um processo contínuo de decadência gradual, lento mais aparentemente inexorável.

2.3 Contribuições do ecofeminismo sobre trabalho feminino: gênero e meio ambiente

Nesse sentido, este estudo busca dialogar com novas possibilidades para o desenvolvimento local, que inclua um protagonismo das mulheres rurais, na tentativa de avançar para além das contradições desse modelo de desenvolvimento. Para isso, busca compreender a mudança do trabalho feminino na construção de uma proposta de desenvolvimento local, desde a lente ecofeminista. Tal proposta nos possibilita uma análise da mudança do trabalho feminino, na relação com meio natural e no desenvolvimento local, por meio da observação das contribuições do trabalho e participação da mulher, e das teorias de *Desenvolvimento ecológica e socialmente sustentável* de **Vandana³ Shiva** e as *relações de gênero e meio ambiente* de **Regina Célia Di Ciommo⁴**, como forma de dialogar entre as contradições e complementaridades coexistentes nesse campo de estudo.

As relações de gênero – são também relações sociais e, assim, igualmente determinadas não “naturalmente” pela biologia dos sexos, mas sim por forças sociais, econômicas, políticas, culturais e biológicas, historicamente específicas (SARDENBERG, 2004, pag.30), ou seja, atualmente a sexualidade, não é mais uma linha divisória nos comportamentos entre homens e mulheres, nesse sentido a sexualidade humana não tem como ser explicada apenas em termos biológicos. O gênero é uma construção social onde ponderam variáveis que só fazem sentido em determinado tempo histórico, inseridos em um contexto com toda uma gama de representações de masculino e de feminino, assim como regras de comportamento, estereótipos, assumindo formas diferentes, em diferentes sociedades, períodos históricos, grupos étnicos, classes sociais, famílias, gerações, tendo em comum a relação entre homens e mulheres. Considerando todas as variáveis de diferenças, um dos aspectos das diferenças é a desigualdade de gênero, no qual os homens ocupam lugares de poder, também a padronização de papéis sociais, tradições, papéis históricos desempenhados

³ Ativista ambiental que tem contribuído de forma fundamental para a mudança da prática e paradigmas de agricultura e alimentação; preside a comissão sobre o futuro da alimentação humana instituído pela região da Toscana na Itália; indiana, membro do Fórum Internacional sobre Globalização e membro do comitê popular de indianos contra a OMC. Em 1992 fundou a Fundação de Pesquisa para Ciência, tecnologia e Ecologia. Já treinou mais de um milhão de agricultores; foi convidada pelo Ministério de Bem-estar de mulheres e crianças da Índia para organizar “Mulheres da Índia” e colocar a agricultura orgânica e a soberania alimentar nas mãos das mulheres.

⁴ Bacharelado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1972), Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, campus de Araraquara (1990), Doutorado em Sociologia pela mesma Universidade (1998) e Pós-Doutorado em Ecologia Humana pela UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos. Pesquisadora do Programa DCR Prodoc, convênio CNPq-FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia) no Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - PRODEMA - UESC, Ilhéus, BA (2008 a 2010). Autora do livro “Ecofeminismo e Educação Ambiental”, dentre outros estudos no tema.

por cada um, por meio dos quais se criam as tendências, as habilidades, as competências, ou seja, o que cabe ao homem e a mulher, a criação das regras sociais.

É importante levar em consideração a relação das mulheres com o meio natural no decorrer da história da humanidade, diferente da relação estabelecida pelos homens. *O sistema natural veio sendo visto em uma escala de inferioridade, existindo apenas para servir ao homem*, como recurso para ser explorado e gerar lucros, assim como as mulheres (CIOMMO, 2017). Nesse sentido, o ecofeminismo propõe uma *teoria ambientalista crítica e uma ética na relação entre seres humanos e meio natural, e destes com seus membros e entre si, para superação da desvalorização da natureza* (CIOMMO, 2003); em paralelo percebemos também a necessidade de superação da desvalorização da mulher nos dias atuais.

A professora Regina Di Ciommo fala, em uma entrevista em abril de 2017, sobre essa relação da mulher com o meio natural e de suas condições relacionadas ao corpo e de como isso veio sendo compreendido e disseminado na sociedade.

Diante dessa relação com meio natural e de suas especificidades biológicas, as mulheres foram inferiorizadas no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, na lente do ecofeminismo são chave para um novo modelo de desenvolvimento que seja mais justo e sustentável, desde uma prática, política e propostas ecofeministas. Segue abaixo trecho da entrevista.

A mulher assume esse papel através das funções corporais, é na mulher que existem as funções biológicas da reprodução, a gravidez, a menstruação, a amamentação, o parto, as dificuldades com o cuidado do bebê. Então essa fase reprodutiva da vida da mulher, a mulher é fêmea, ela vive esse aspecto biológico e nesse momento ela é comparada a esfera animal, no momento em que ela amamenta, em que ela dá a luz, ela tem a vida dela determinada pelo âmbito biológico, então essa aproximação da natureza é esse fato biológico. Precisa de várias condições diferentes de um homem... Assim para as mulheres ainda é difícil a estabilidade no trabalho, primeiro porque na hora de ser contratada a gravidez, por exemplo já é obstáculo para uma contratação, segundo que a possibilidade de ficar grávida e a tirada da licença maternidade, já transforma numa pessoa que seria preterida numa vaga de trabalho a um homem solteiro.

O ecofeminismo diz que essa diferenciação não deve ser vista como inferioridade. É um poder da mulher de conferir a vida que tem que ser valorizado e na verdade criar as crianças é uma contribuição que a mãe faz não só para ela e para os filhos, mas para a sociedade. As crianças, são os novos membros da sociedade e ela não recebe nada por isso, é uma gratuidade, então a tentativa do ecofeminismo é de valorizar essa diferença por uma forma especial e que é uma missão para uma sociedade se organizar de maneira melhor. Se nós não tivermos uma mudança na consciência das pessoas e nos sistemas educacionais também, nós não chegamos a uma transformação dessa relação de subordinação, de exploração. A exploração da natureza é exploração do feminino também. (Entrevista: Ciommo, 2017)

Dessa forma, a valorização do trabalho da mulher rural é de fundamental importância para superação deste modelo que Vandana Shiva (2013) chama de antidesenvolvimento, no qual mais lucro significa mais pobreza, mais alimento significa mais fome. A autora afirma que a raiz do problema vai muito além da tecnologia e dos programas que mantêm esse modelo agroindustrial. A questão está na ideologia dominante, chamado pela autora de *monoculturas da mente*, (*colocar referencial do monoculturas da mente*) a qual traz em seu bojo a convicção absoluta que *essa proposta de desenvolvimento é a solução para os problemas de todos os lugares do planeta, independente de localização geográfica, ecossistemas, clima, populações, políticas próprias e tradições milenares, biodiversidade e respeito aos ciclos da vida*, nada disso é levado em consideração dentro de um modelo hegemônico de desenvolvimento e que agoniza em meio ao seu fracasso. (SHIVA, 2013) Este modelo capitalista/patriarcal *retrata a dinâmica de tratamento que as mulheres e a natureza recebem da sociedade contemporânea* (CIOMMO, 2003). Dessa forma o ecofeminismo ilumina os temas acerca da cultura patriarcal, ou seja, da dominação masculina sobre o feminino. Enquanto a mulher for definida como frágil, com capacidade de trabalho inferior à dos homens, com papel principal de maternidade e doméstico, a subordinação e invisibilidade imposta a ela não terá terminado; e da mesma forma com o meio natural.

2.4 Desenvolvimento Local e Território: noções sobre a aprendizagem territorial

A proposta de desenvolvimento territorial neste estudo busca um diálogo entre a proposta ecofeminista de desenvolvimento e as discussões sobre aprendizagem territorial de Rocha e Sobrinho. O Ecofeminismo é uma vertente do feminismo que nasce na década de 70, na qual coexiste um diálogo entre feminismo e ecologia, que traz à luz de suas discussões e críticas as práticas, políticas e valores tais como: a subalternidade do meio natural, as necessidades mercantis marcantes no modelo de pensamento ocidental hegemônico, que têm sido invisibilizadas pelo sistema dominante. Sugere práticas, políticas, propostas de alcançar um modo de vida mais sustentável e justo (HERRERO, 2013). Neste estudo focaremos como proposta de desenvolvimento territorial para a Amazônia, considerando também as concepções de Farias.

De acordo com os estudos propostos por Rocha (2016), o Brasil retoma o papel do *Estado de planejador, fomentador e articulador das políticas de desenvolvimento*, desde 1988, dando destaque à relação entre políticas e ações públicas em um campo de abordagem

territorial, por meio da disseminação de um discurso favorável aos territórios de desenvolvimento e políticas públicas inter-relacionadas a *níveis nacional, regional e local*.

Nesse sentido, a abordagem territorial, como propulsor do desenvolvimento, tem trazido à superfície as diferentes configurações espaciais e diversas perspectivas sobre a relação global-local, as quais geram impactos na gestão territorial, possibilitando uma gestão inovadora que permite auxiliar na solução de entraves históricos ao desenvolvimento nacional. Nos estudos sobre aprendizagem territorial, o termo global enfatiza a noção de integração e interdependência entre espaços e territórios do globo, e a globalização como o processo histórico que expressa as transformações culturais, históricas, econômicas, políticas e sociais por que passam as sociedades.

Dessa forma, o estudo de aprendizagem territorial se assemelha às propostas de desenvolvimento de Yayo Herrero (2013), que não trata especificamente de desenvolvimento local, porém pode ser trazida para esta discussão, pelo fato principal de tratar da *transição para um mundo mais justo e sustentável*, por meio das considerações de interdependência entre os territórios e ampliando um pouco mais para eco dependência, potenciais nos territórios locais.

Quanto à globalização, Rocha (2013) a concebe como um processo de descentralização de atividades produtivas que impulsiona os lugares a potencializarem seus recursos naturais, sociais e culturais como estratégia de desenvolvimento sustentável. Além disso, preconiza que a análise de uma realidade concreta deve ocorrer no local a partir da ação e interação entre os atores sociais e entre eles e o meio ambiente no qual vivem.

Quanto ao território, é institucionalizado como uma *nova unidade de referência para ação do Estado e a regulação das políticas públicas* (RÜCKERT apud ROCHA 2016.) Farias (2016) também nos diz que o desafio de integração, pactuação, implementação de políticas públicas e de desenvolvimento regional desses territórios perpassam pela compreensão do papel do Estado, dos interesses do mercado e principalmente da população local e os complexos problemas que enfrentam. Neste sentido, podemos observar que o desenvolvimento local da região não tem como acontecer isoladamente, e nem tão pouco sem considerar a realidade e necessidades do local. Superar os modelos tradicionais de desenvolvimento assentados na compreensão do Estado Nacional como principal agente promotor de desenvolvimento é um dos primeiros passos a ser dado rumo ao almejado desenvolvimento local. O Poder público local, deve caminhar de mãos dadas aos produtores e sociedade local de maneira geral, para juntos pactuarem, implementarem políticas públicas de desenvolvimento do território, partindo do local para o global.

Assim potencializam-se as esferas do poder público, dentre elas: prefeituras locais, conselhos, fóruns locais e os atores da sociedade civil. Nesse cenário de interação local e global emerge a necessidade de outras abordagens e modelos de gestão dos espaços territoriais locais, que dialoguem com todas essas especificidades. Assim, o território passa a ser um dos vários braços da descentralização das atividades produtivas, sendo *ancorado na centralidade municipal, como condensador e feixe de articulação de escalas de ação* (ROCHA, 2016).

No que se refere ao desenvolvimento local, a territorialização da ação pública, segundo Rocha (2016) é um processo amplo que envolve governos, nos diversos níveis, sujeitos sociais e universos espaciais diversos com alguns pontos específicos: Processo ligado às recentes mudanças no papel do Estado; Pressupõe a promoção da participação da sociedade civil nas escolhas e ações; públicas; Processo permanente de envolvimento social e de aprendizagem; Ancorado em múltiplos territórios.

Ou seja, o território é compreendido como uma construção histórica e social que se nutre de processos de aprendizagem, produção e vivência, seja como componente importante no cenário das relações de poder em diversas escalas, ou como um processo pedagógico de cunho político e geográfico, socioeconômico e cultural, de despertar coletivo e posicionamento no cenário das relações de poder global e local. Vale ressaltar que as ações políticas, econômicas e socioculturais são como solo fértil para o plantio das perspectivas de desenvolvimento territorial. O local emerge assim como protagonista do processo de desenvolvimento, através de novos processos alternativos de desenvolvimento (ROCHA, 2016), surgindo nesse cenário novos protagonistas de desenvolvimento no seio da sociedade local, por meio de suas vivências, inter-relações entre eles mesmos e com o meio ambiente, a partir de uma perspectiva e propostas da periferia⁵ para o centro⁶ em várias escalas de poder.

Portanto, o território pode ser visto como espaço relacional (CORREA apud SOBRINHO, 2016) que busca liderança de domínio e de autoafirmação de poder (RAFFESTIN apud SOBRINHO, 2016) dentre os sujeitos sociais do local, assumindo-se desta forma a existências de diversos territórios interdependentes sob um *território integrador* (HAESBAERT, 2011).

Sobrinho (2016) concebe que a interação social e aprendizagem acontecem dentro de um mesmo contexto relacional, sendo que a segunda acontece naturalmente, embora não

⁵ Compreendida neste estudo como o espaço ou local onde a economia, a sociedade, a política no que se refere às relações de poder nas diversas escalas, não ocupam um lugar de destaque e ou potencial liderança.

⁶ Compreendido a partir das relações de poder em diversas escalas, como local de poder político e econômico.

ocorra de maneira consciente. Nesse sentido, o aumento das ações públicas nos territórios, sejam elas contrárias às políticas e programas governamentais ou para pressionarem o governo por mais *eficiência, eficácia, efetividade e transparência na gestão pública* ou para resistências aos movimentos da sociedade capitalista vigente, produz um solo fértil que nutre o crescimento de aprendizados territoriais, que retroalimentam a sociedade através das relações existentes requalificando estas relações, em diversas escalas, dentro do território.

Além disso, Sobrinho (2016) compartilha a compreensão de que a aprendizagem territorial acontece a partir das experiências vividas na região, por meio de três momentos: As experiências trazem à luz do conhecimento da sociedade as contradições e os conflitos impostos, pela descentralização do capitalismo de mercado, que infiltra suas raízes nos diversos territórios; Requalificação do território subnacional e comunitário através do diálogo com movimentos globais e nacionais tendo como base a participação social; Ações locais engendradas para o enfrentamento e/ou diálogo com os agentes do Estado dentro de suas contradições.

Dessa forma, os sujeitos locais, assim como a política local, desempenham um papel fundamental no estudo de aprendizagem territorial, na constituição, mobilização e gestão dos recursos presentes no território, como forma de se posicionarem economicamente e politicamente, e como sociedade nas diversas escalas de relação de poder na teia dos territórios nacionais e globais.

2.5 Síntese teórica entre abordagem territorial e ecofeminismo

Sabemos que o sistema capitalista de produção vem implantando um modelo de desenvolvimento, de cultura de dominação masculina/patriarcal. Conforme Herrero, *A partir do nascimento do modelo econômico capitalista e do desenvolvimento da economia, a sociedade ocidental veio construindo uma cultura e uma forma de organizar a vida que sistematicamente vem declarando a guerra contra a própria vida, aos corpos e aos territórios.* (2013). A mesma autora nos diz que a base central do ecofeminismo é justamente, pensar *quais são as bases materiais que sustentam a vida humana*; afirma que somos seres **ecodependentes**, sendo impossível imaginar ou planejar a vida humana à margem dos ecossistemas, da biosfera e da natureza. Ou seja, somos parte da natureza e radicalmente dependentes das dinâmicas que acontecem nesse sistema natural. A outra base de sustento da

vida humana, segundo a autora, é que somos *seres interdependentes*: é impossível pensar a vida humana de maneira isolada.

Ela exemplifica a interdependência sobre a vida humana, logo após o nascimento, uma vez que só é possível crescer e se desenvolver porque temos outro ser, que dedica seu tempo, sua energia e seus cuidados para que nós crescamos e nos desenvolvamos. Exemplifica também quanto aos idosos, que merecem cuidado especial, além das pessoas que possuem alguma incapacidade e precisam de cuidados especiais: se não tiverem outras pessoas em volta que cuidem delas, a sobrevivência simplesmente não é possível, lembrando também dos momentos de enfermidade em que se tem necessidade de cuidados de outros. Nesse sentido, em alguns momentos da vida, o indivíduo precisa do outro radicalmente para sobreviver. Deste modo os corpos são vulneráveis pois nascem, crescem e morrem; precisam de cuidados de pessoas ao redor em determinados momentos e esta questão é invisibilizada na cultura atual. Vale ressaltar que este trabalho de cuidado é realizado majoritariamente por mulheres, simplesmente foi delegado e imposto culturalmente. Estas reflexões da autora sobre a questão das relações de interdependência e conseqüentemente, do trabalho ativo das mulheres nessas tarefas de cuidado, são também uma forma de trabalho exercida pelas mulheres e, de certa forma, invisibilizada na lógica de trabalho produtivo das sociedades capitalistas.

A autora nos traz reflexões sobre os limites da vida humana e a consciência de que nada pode ser planejado para crescer e se desenvolver, sem considerar as limitações do sistema vida.

Portanto, em uma crítica ao modelo econômico, social e cultural que está colocado, que não conhece limites para sua expansão, exploração e “desenvolvimento”, que este estudo se propõe a dialogar sobre desenvolvimento local, através da lente do ecofeminismo, o que nos leva ao núcleo da contradição do sistema capitalista: *como esse modelo social e cultural permanece alheio e invisibilizando as bases que lhe permitem estar vivo?* Ou seja, negando o meio natural e a vida humana (HERRERO, 2013). Uma sociedade, ou melhor, um território, não pode se desenvolver, sem considerar parcela importante de seus integrantes: as mulheres.

Nessa compreensão de Herrero (2013), o sistema capitalista tem se mantido sobre três pilares básicos:

A *dualidade*, que entende que tudo que nos rodeia em pares de opostos, como por exemplo: *mente x corpo, vida humana x natureza*. Essa dualidade veio sendo fortalecida com o nascimento da ciência moderna e no decorrer dos anos. Dessa forma, a humanidade veio se “desenvolvendo” dentro desse sistema que ergue um abismo entre o indivíduo e os demais seres, entre a humanidade e a natureza. A autora ainda argumenta que o desenvolvimento e

fortalecimento de um pensamento que entende o corpo como máquina e da natureza como fonte de recursos conduz a uma visão reducionista das coisas, o corpo e a natureza podem ser pesados, medidos, quantificados. A dialética fortalecida por este sistema e que fortalece através dela, a si próprio, é profundamente criticada pelo ecofeminismo. Dessa forma, culturalmente, o pensamento, o conhecimento e a mente são relacionados aos homens e a natureza e os corpos são relacionados ao feminino e que se colocam nesse cenário hierárquico de dominação patriarcal (HERRERO, 2013), compreensão que não atende a complexidade da realidade da vida, na qual homens e mulheres possuem papéis que se consolidaram no decorrer do processo histórico, mas que estão defasados e não atendem mais a realidade social.

O segundo pilar é a noção de *ciência como capaz de explicar de uma forma neutral, hegemônica, objetiva o mundo que lhe rodeia, uma ciência que alicerça suas bases em interesses econômicos*, criando mais uma vez um muro ou abismo entre ciência e natureza, entre homem que pensa e gera conhecimento, distanciado do que está ao seu redor. Assim se separaram saberes que se consideram científicos dos saberes que passaram a serem considerados como superstição e, dessa forma, os conhecimentos tradicionais, territoriais, de conservação florestal, de agricultura, foram subalternizados frente aos conhecimentos científicos. Os conhecimentos e saberes territoriais foram dando lugar a conhecimentos e tecnologias hegemônicas e reducionistas.

O terceiro pilar é o *papel desempenhado pela economia convencional*, que reduz o conceito de valor ao conceito de preço, dando invisibilidade dentro do processo econômico às dinâmicas, bens e trabalho que sustentam cotidianamente a vida, dentre eles: o trabalho das mulheres, tido como doméstico ou de cunho materno, o parir, o ciclo da água e uma boa parte de outros ciclos que sustentam a vida humana e que não tem preço, pois são de grande valor para o sustento da vida, porém são invisibilizados dentro desta lógica de mercado.

Outro fator importante destacado por Herrero (2013) e ligado à economia é a produção que passa a ser medida monetariamente e deixa de ser vista como geração de bens e serviços para atender às necessidades, para simplesmente gerar lucro e degradação ambiental. Uma economia que se sustenta às custas da exploração de territórios e povos, por meio da esfera de produção mercantil. *Passa-se a chamar de produção ao trabalho remunerado e reprodução a todo este trabalho simbólico e que sustenta a vida e que se realiza fora da visibilidade monetária*. Importante observar esses três pilares e a relação deles com o objeto de estudo, como estes vem se expressando no trabalho feminino na dendeicultura em Tailândia.

Esse modelo tem a possibilidade de se quebrar no momento em que as mulheres se movimentam pela garantia de seus direitos políticos, no mercado de trabalho, com direito a um trabalho remunerado, e saindo da condição de trabalhadoras domésticas ou mães. Porém com a saída destas mulheres para o mercado de trabalho, os homens não assumem de maneira corresponsável as tarefas domésticas. Surgem desta forma neste campo tensões com relação ao tempo de trabalho, pois o mercado, segundo Herrero (2013) não está planejado para a vida de pessoas que cuidam de outras pessoas (filhos, idosos, etc.). De um lado tarefas de cuidado dos *corpos vulneráveis* e de sustento da vida que não podem deixar de ser feitas e de outro lado tarefas do mercado de trabalho em um curto espaço de tempo. (HERRERO, 2013)

Desta forma, somos levados à necessidade de construção de um modelo de desenvolvimento que dialogue com as diversas dimensões da vida humana, como por exemplo que: *as pessoas cuidam de outras pessoas, ou tem que levar seus filhos ao colégio, ou tem que fazer compras*, ou pagar contas e uma série de outras responsabilidades e cuidados que perpassam pela vida cotidiana de homens e principalmente das mulheres. Aproximando mais para a realidade do meio rural, por exemplo: mulheres que cuidam de crianças, da casa, da horta da família e também trabalham na lavoura da monocultura do dendê, acumulando várias responsabilidades. Tais questões devem ser analisadas e consideradas nas políticas, programas, ações do estado e da sociedade civil como um todo, tendo como foco o desenvolvimento do território, dialogando com todas as dimensões da vida. A aprendizagem territorial acontece nesse campo de estudo naturalmente, no qual por meio dela, pode-se compreender as necessidades dos atores locais para criação de políticas públicas com foco no desenvolvimento local.

Dois aspectos centrais a serem considerados em uma proposta de desenvolvimento local devem ser a relação de interdependência entre indivíduos e natureza, assumindo a dimensão de *ecodependência*, e a relação de *interdependência*, assumindo essa relação com o outro e com a sociedade de maneira geral.

Portanto, Herrero propõe elaboração de políticas ligadas aos territórios, ao que cada território pode produzir de fato, além de políticas relacionadas ao tempo de trabalho. Defende ainda, a idéia de reorganização da ordem de trabalho estabelecida, considerando os trabalhos remunerados e os invisibilizados ou ocultos, e a valorização ao trabalho de participação política, para que possamos mudar e criticar o que está colocado. Tais consensos representam as decisões acordadas em determinado momento histórico, em busca da superação de desafios para determinado território, resultando em pactos socioterritoriais, implicando em uma revalorização da sociedade, com postura propositiva, a qual tem a possibilidade de gerar

novas propostas, ou até mesmo reativa, no sentido de manifestar-se contrariamente às diferentes formas de intervenção externa que desrespeitem as expectativas locais.

Quanto ao desenvolvimento na ótica do ecofeminismo, propõe-se a criação de uma economia que tem como centralidade a produção como geração de bem-estar e manutenção da vida, e não a de concentração de lucros, terras e poder. O cooperativismo se relaciona muito bem com essa ideia: o agrupamento de pessoas em associações, sindicatos, partidos políticos, comunidades para fortalecer a proposta de desenvolvimento regional, a partir da realidade e potencialidades locais. Tendo como ponto de partida o diálogo entre essas perspectivas de desenvolvimento local, aprendizagem territorial e de desenvolvimento ecofeminista, o estudo buscará avançar suas análises de desenvolvimento local para o município de Tailândia, considerando o trabalho feminino no avanço da dendeicultura.

2.6 Procedimento Metodológicos: os caminhos da pesquisa no território do Dendê

Com relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa, esta terá uma abordagem quantitativa e qualitativa, construídas e analisadas sob uma perspectiva ecofeminista, que se dará por meio de estudo de caso, modalidade de pesquisa que se concentra no estudo de um caso em particular, considerado, segundo Severino (2016), representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, de caráter exploratório, no qual foram levantadas informações sobre o trabalho das mulheres na dendeicultura no município de Tailândia. Como técnica de pesquisa, foram realizadas entrevistas não diretivas, para coleta de informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre, nas quais a pesquisadora se manteve em escuta alerta, registrando todas as informações e só intervindo para estimular o sujeito, através de um diálogo descontraído, deixando este à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações (SEVERINO, 2016); e entrevistas estruturadas, nas quais as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com a utilização de questionários, para obtenção de respostas mais facilmente categorizáveis, sendo muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais. (SEVERINO, 2016). Foram utilizados câmera fotográfica, filmadora e gravador para registro de imagens, situações, entrevistas com os sujeitos da pesquisa, possibilitando ao pesquisador aprender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2016).

O trabalho empírico teve como campo de estudo, as mulheres rurais no Município de Tailândia no estado do Pará que trabalham na dendeicultura, formalmente ou informalmente,

no referido município, vinculadas ou não à associação de agricultores e sindicato de trabalhadores rurais.

A escolha dos sujeitos de pesquisa deve-se ao fato de que as trabalhadoras rurais são responsáveis pela renda de 42,4% das famílias do campo no Brasil, índice superior ao da área urbana que é de 40,7%. Segundo a FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, cerca de 14 milhões de brasileiras que estão nas lavouras, comunidades quilombolas e indígenas, nas reservas extrativistas são as protagonistas da agricultura familiar no Brasil e da mão delas recebemos 45% dos produtos plantados. Nesse sentido sendo interessante observar a mudança do trabalho feminino no campo, considerando a relação do trabalho feminino com a proposta de desenvolvimento. O município de Tailândia foi escolhido pelo fato de ser um dos maiores produtores de dendê do Estado e também pelo fato de ainda não possuir uma organização forte das trabalhadoras da dendeicultura.

Neste ponto buscamos demonstrar as diferentes fases de desenvolvimento do trabalho empírico e as diferentes atividades promovidas em cada uma dessas fases.

Primeira fase teve como objetivo geral a programação do desenvolvimento da pesquisa onde se incluiu: a escolha e estudo do contexto onde aconteceu o trabalho, no caso as agricultoras do Município de Tailândia que trabalhem na dendeicultura, seguido de elaboração de estratégias auxiliares à investigação pretendida e o estudo dos instrumentos de recolha de dados. Dentro desta programação, observam-se as seguintes etapas: Escolha do tema e campo de estudo; Pesquisa Bibliográfica e documental; Estabelecimento de cronograma das atividades de acordo com o objetivo da pesquisa; Construção do quadro teórico; Construção dos questionários.

Com relação aos questionários, foram elaborados sete tipos de questionários da seguinte forma: para as agricultoras rurais que trabalham na dendeicultura, outro para as agricultoras que trabalham na agricultura familiar, para o sindicato dos trabalhadores rurais, secretaria de meio ambiente, secretaria de agricultura, secretaria de educação e empresas de dendê. Cada um com no máximo 13 questões e que constam no apêndice deste trabalho.

Nesta segunda fase ocorreu a implementação das atividades experimentais relativas aos conteúdos escolhidos, ocorreu o pré-campo em Belém, nas instituições ligadas a este estudo e a pesquisa de campo no âmbito deste trabalho empírico. Para tal foram desenvolvidas as seguintes atividades: **Entrevistas e levantamentos de dados junto às instituições.** Nesta fase ocorreram as visitas em busca dos assuntos relacionados: Fetagri- dados mulheres, ações voltadas para mulheres. Iterpa- Assentamentos rurais estaduais; Incras- situação de posse de terra em Tailândia (assentamentos rurais); Sejudh- políticas de governo

voltadas para mulheres em Tailândia, dados das mulheres em Tailândia; Levantamento junto às empresas de dendê em Tailândia da quantidade de agricultores com contratos (Homens x mulheres)

✓ Associação de Agricultores Rurais- Dados das mulheres que trabalham com agricultura familiar.

✓ Sindicato dos Trabalhadores Rurais- Dados das mulheres que trabalham no dendê e com agricultura familiar.

a. Inserção em campo e registro sistemático: pesquisa no campo, observação do campo, mudanças com o campo, entrevistas com algumas agricultoras, registro das informações;

b. Saída do Campo e produção do relato;

c. Contribuições da pesquisa para o conhecimento das mulheres do campo: através da cartilha

d. Elaboração do relatório final;

e. Construção da Cartilha

f. Apresentação da cartilha para as agricultoras, sindicato de Tailândia e SEJUDH em Belém.

Em função da metodologia traçada, optou-se por conceber e desenvolver o trabalho empírico a partir das sugestões de atividades experimentais preconizadas em nossa formação acadêmica, buscando compreender as transformações do trabalho feminino no campo como possibilidade na proposta de desenvolvimento local em Tailândia.

Em observação aos pontos defendidos pelos teóricos estudados para a elaboração deste estudo. Assim, numa primeira fase, foi selecionado os assuntos sobre os quais incidiram no trabalho empírico. Foi feita uma análise dos mesmos, bem como da forma como foram executados habitualmente no âmbito da área de estudo, que foi abordada.

Metodologia da Construção da Cartilha:

O método de pesquisa utilizado para realizar a observação dos fenômenos e construção da cartilha, foi o da Pesquisa – Ação, o qual *visa intervir na situação, com vistas a modifica-la.* (SEVERINO, 2007) Ao mesmo tempo em que estávamos realizando o

diagnóstico e análise da situação das agricultoras de Tailândia-PA, nos identificamos e interagimos com elas. Buscamos algumas propostas de mudanças que possibilitem um melhoramento nas condições de vida das agricultoras, no contexto familiar, na lavoura, nos sindicatos e demais instituições, onde seja importante a participação das mulheres, no sentido de propor soluções para uma situação que precisa ser resolvida, no que se refere ao trabalho das agricultoras. Estamos confiantes, de que as soluções encontradas, podem produzir efeitos positivos na vida das mulheres, da comunidade de agricultores, assim como para o município de Tailândia.

O processo de construção da cartilha foi composto por cinco momentos os quais descrevemos a seguir:

- 1) Identificação e análise da realidade das agricultoras: Neste momento realizamos as entrevistas com as agricultoras, nas quais buscamos verificar, como estava acontecendo a forma de organização das mulheres no município para luta pelos seus direitos;
- 2) Levantamento das Necessidades das Agricultoras: em conversas informais com as mulheres, em observação ao seu cotidiano de trabalho em casa e na lida da lavoura do dendê e no sindicato, buscamos perceber as necessidades destas;
- 3) Participação no cotidiano das agricultoras: momento importante para perceber como funciona na prática o dia-a-dia de trabalho das agricultoras de Tailândia.
- 4) Definição das propostas de solução para a situação de trabalho das mulheres de Tailândia: Elaboradas a partir das conversas com as agricultoras participantes da pesquisa, na qual percebemos algumas necessidades iniciais.
- 5) Elaboração do relatório final da Cartilha.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DO TRABALHO FEMININO E DA DEDENDEICULTURA NA AMAZÔNIA

Neste capítulo buscamos contextualizar historicamente o trabalho feminino no qual pesquisamos dados no IBGE, WIEGO, CEBELA, dentre outros. Na sequência nos aproximando da dendeicultura em Tailândia

3.1 A importância histórica do trabalho feminino

As mulheres representam 52% da população economicamente ativa do país, cerca de 64% dessa população economicamente ativa é empregada, contribuindo para o cálculo do produto interno bruto- PIB. Uma informação importante é que apenas 2% da população economicamente ativa é de pessoas menores de 15 anos de idade, e que as mulheres estão mais propensas que homens a ser economicamente inativas, sendo que uma das razões é o trabalho não remunerado de cuidado realizado no âmbito doméstico, no qual estas cuidam dos filhos, idosos, no preparo dos alimentos e das necessidades diárias da casa e da família. No total apenas 41% dos empregos são de mulheres (WIEGO, 2011).

A condição de dependência econômica está diretamente relacionada à situação de violência que muitas mulheres no país ainda estão submetidas, pois o fato de dependerem economicamente dos agressores, influência no fato de não realizarem as denúncias e ou de procurarem seus direitos. De acordo com o “Mapa da violência 2015: atualização homicídios de mulheres no Brasil”, elaborado pelo CEBELA- Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos e a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais- FLACSO, o Brasil ocupa a quinta posição mundial entre 83 países analisados em número de mortes femininas. São assassinadas no Brasil 4, 8 mulheres para cada grupo de cem mil.

Nos 30 anos decorridos a partir de 1980 foram assassinadas no país 106.093 mulheres. Entre 1980 e 2013 os quantitativos passaram de 1.353 homicídios para 4.762, um crescimento de 252,0%, a taxa de homicídios femininos do Brasil é de 4,8 por 100 mil, resulta 2,4 vezes maior que a taxa média internacional do total de 4.762 vítimas femininas registrado em 2013 pelo SIM, 2.394, isso é, 50,3% do total de homicídios de mulheres, nesse ano, foram perpetrados por um familiar direto da vítima (7 por dia). São claros indicadores de que nossos índices são excessivamente elevados, considerando o contexto internacional. (Mapa de violência, 2015, p. 8)

De acordo com os dados do IBGE (2010) as mulheres representam 51,03% da população do país, e os homens, 48,97%. Elas estudam mais, porém possuem formação em

áreas com menores rendimentos financeiros; estão mais presentes no mercado de trabalho, porém continuam ganhando menos e caminham mais lentamente para a formalização.

De acordo com as informações constantes no relatório da Oxfam de 2018 a lacuna entre o rendimento de mulheres e homens na última atualização do Pnud⁷ para o IDH brasileiro, sinaliza para um coeficiente de 0,761 para homens e 0,755 para mulheres. Segundo dados das PNAD⁸ contínuas, as mulheres ganhavam cerca de 72% do que ganhavam os homens no exercício de 2016, caindo para 70% no ano de 2017, tratando-se segunda a pesquisa do primeiro recuo em 23 anos. Podemos observar a seguir:

Em 2017, a renda média de mulheres era de R\$ 1.798,72, enquanto a de homens era de R\$ 2.578,15. Em relação ao ano anterior, ambos tiveram incrementos médios gerais de renda, com um aumento de 5,2% nos rendimentos dos homens correspondentes a mais que o dobro do obtido pelas mulheres (2,2%80). Na metade mais pobre, contudo, houve perdas – maiores no caso das mulheres pobres (-3,7%) do que no dos homens pobres (-2%). (Oxfam, 2018, p.12)

O resultado deste crescimento desigual é perceptível na citação a seguir, no que se refere a desigualdade de rendimentos de homens e mulheres:

No topo da distribuição, homens tiveram quase 19% de aumento em seus rendimentos entre 2016 e 2017, enquanto mulheres viram seus rendimentos médios aumentarem numa proporção bem inferior a essa, ou seja, 3,4%. A relação entre rendimentos de mulheres e homens dentro do maior decil de renda regrediu de 69% para 60% entre 2016 e 2017, deixando mais distante a equiparação de rendimentos entre mulheres e homens no geral. (Oxfam, 2018, p.13)

Estes dados nos remetem às reflexões do sociólogo alemão Streeck, quando diz que o capitalismo entrou em um processo contínuo de decadência, perceptível nos dados de aumento da desigualdade dos rendimentos entre homens e mulheres referidos anteriormente.

Estes dados nos trazem a reflexão também, da importância em investigar as mudanças no trabalho da mulher e a relação deste com desenvolvimento local, já que temos uma maioria de mulheres e, mesmo assim, o trabalho e a participação destas nos processos decisórios não têm muita visibilidade. Neste estudo viemos buscar compreender como as mulheres contribuem com o seu trabalho no desenvolvimento local, assim como na manutenção do

⁷ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Rede de desenvolvimento global das nações unidas que visa o desenvolvimento em várias áreas por meio de diferentes projetos.

⁸ Pesquisa Nacional por amostra de domicílio, realizada pelo instituto brasileiro de geografia e estatística- IBGE, em uma amostra de domicílios brasileiros, que investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como população, educação, trabalho, rendimento.

meio natural, considerando as transformações que este trabalho vem sofrendo no decorrer dos tempos, especificamente na dendeicultura.

Tendo em vista estas considerações, buscou-se uma corrente de pensamento que aborda a relação da mulher com a terra, está identificada como recurso natural na lente de desenvolvimento de centralidade econômica.

O feminismo tradicional, possui como principal representante Simone Beauvoir, feminista francesa, que liderou o movimento de mulheres. Este movimento historicamente surgiu com o objetivo de mudar a situação da mulher, logo após as revoluções burguesas, ganhando força após o século XVIII. Naquele momento, as mulheres não votavam e queriam garantir seu espaço no mercado de trabalho. Importa observar que atualmente a mulher já possui maior participação no mercado de trabalho.

Na década de 90 surge um movimento que inova com relação ao feminismo tradicional, denominado ecofeminismo. Sendo um movimento ativista, uma prática política e também uma corrente de pensamento, surgido entre feministas que aderem ao ecologismo e que realiza uma crítica radical ao atual modelo econômico, social e cultural, colocando ecologismo e feminismo em diálogo. (CIOMMO, 2014). O Ecofeminismo traz à luz de suas discussões e críticas às práticas, políticas, valores tais como: a subalternidade do meio natural a um modelo de pensamento ocidental hegemônico e a subalternidade de mulheres a sistemas patriarcais, as quais têm sido invisibilizadas pelo sistema dominante, e sugere práticas, políticas, propostas de alcançar um modo de vida mais sustentável e justo (HERRERO, 2013). Portanto, esta corrente de pensamento sugere, segundo Ciommo (2003), que:

O reconhecimento de que, apesar de o dualismo natureza–cultura ser um produto da cultura, podemos conscientemente escolher a aceitação da conexão mulher–natureza, participando da cultura, reconhecendo que a desvalorização da doação da vida tem consequências profundas para a ecologia e as mulheres.

3.2 Dendeicultura na Amazônia: A monocultura como um grande projeto

O dendê, de nome científico *Elaeis guineenses*, *Jaqt.*, é uma palmeira de origem africana, trazida para o Brasil no século XVII pelos escravos, com vida econômica de 25 anos, para exploração industrial. No mercado internacional o dendê só perde para o óleo de soja. No que se refere a produtividade, chega a produzir mais de 8 toneladas de óleo por hectare por ano. No Brasil, plantações comerciais bem manejadas produzem 5 toneladas por hectare/ano. (EMBRAPA, 1995)

Características da Planta segundo estudos realizados pela Embrapa sobre *A cultura do dendê* (1995) é que esta é uma planta perene, com produção em todos os meses do ano, sem entressafras, de alta produtividade, denominada como cultura agroindustrial por estas características, requer temperaturas médias mínima de 24°C, com no mínimo 5h de luz por dia, que influencia no número de cachos produzidos e sobre o teor de óleo nos frutos, a quantidade e distribuição das chuvas em todos os meses é fundamental, sem déficit pluviométrico. O solo profundo não compactado, solos permeáveis, adapta-se bem a solos ácidos e desenvolve-se numa faixa de pH entre 4 e 6, a topografia do terreno deve ser plana ou com pendentes inferiores a 10% de declividade.

No Brasil somente a região amazônica e uma estreita faixa do território da Bahia, possuem condições de solo e clima favoráveis ao desenvolvimento da oleaginosa. Na Amazônia as regiões mais representativas encontram-se na parte ocidental: Amazonas e uma parte do Acre e estreita faixa de Roraima. Na Amazônia Oriental: Estados do Pará e Amapá (NAHUM, 2013, pág. 61)

Essa questão da alta produtividade é um fator decisivo no cultivo da oleaginosa em características de grande projeto com vistas a atender o mercado internacional e nacional de óleos vegetais e atualmente o mercado do biodiesel (MONTEIRO, 201, p. 43).

As principais contradições em torno da monocultura do dendê, dizem respeito as de ordem socioambiental, motivadas pelas populações locais, pressão de ongs, pesquisadores e mercado internacional, que tem de certa forma obrigado o setor agroindustrial a adotar práticas de produção sustentáveis, porém as mazelas socioambientais provocadas por esta produção ainda são muitas na região amazônica.

As políticas internas de planejamento deste setor têm sido direcionadas para o cumprimento de padrões de sustentabilidade produtiva, a exemplo dos princípios e indicadores de sustentabilidade estabelecidos pela RSPO (“Roundtable on Sustainable Palm Oil”), RSB (“Roundtable on Sustainable Biofuels”), ISO (“International Organization for Standardization”), e no Brasil, o ‘Protocolo Socioambiental para a Produção de Óleo de Palma do Estado do Pará’.(Monteiro, 2013, p. 53)

Dentre os impactos provocados pela dendeicultura podemos citar os impactos dos grandes projetos com a entrada das empresas, a concentração de terras, impulso do capital especulativo alicerçado na terra, contaminação dos corpos d’água com adubo químico, herbicidas e agrotóxico. Esses impactos comprometem a saúde dos agricultores, ou seja, das comunidades tradicionais do entorno que utilizam dessa água. Essa monocultura provoca metamorfoses no modo de vida das populações tradicionais e no meio ambiente, tais como

alteração da paisagem. Outro fator importante é que os agricultores devem seguir as normas estabelecidas pelas empresas, o que exige dedicação exclusiva dos agricultores ao dendezal, no qual se mantém um agricultor a cada 1 hectare, tornando o trabalho extremamente exaustivo (Nahum, 2013, p. 67).

Outro aspecto interessante abordado por Nahum (2013) é com relação a descampenização provocada pela dendeicultura, haja vista que os agricultores passam desta condição, paulatinamente para assalariados das empresas ou associando-se aos projetos de agricultura familiar.

Devido o trabalho altamente exaustivo os agricultores diminuem a produção das culturas tradicionais priorizando o dendê e tendo como consequência problemas de desnutrição, devido o abandono das hortas familiares e criação de animais domésticos tais como: galinha, pato, por exemplo.

Segundo Nahum (2015), no período entre 2004 e 2013 a Amazônia paraense conhece o que ele chama de *boom do dendê*, a produção do óleo salta de 142 mil/ton. para 4 mil/ton., passando de 35,5 mil/há para 85 mil/há conforme progressão descrita a seguir:

Em 2004 cultivados pela Agropalma, Marborges, Dentaua e Palmasa restringiam-se aos municípios de Moju, Acará, Tailândia, Santo Antônio do Tauá e Igarapé-Açu, nos dez anos seguinte Biopalma, Petrobras/Biocombustível, Belém Bioenergia, ADM (Archer Daniels Midland Company), dentre outras empresas, passam também a produzir o cultivo nos municípios de Baião, Abaetetuba, São Miguel do Guamá, sendo Tomé-Açu e Concórdia do Pará as grandes frentes de expansão da cultura. (NAHUM, 2015, p.99)

O Brasil alavanca suas pesquisas sobre óleos vegetais após a necessidade do sistema capitalista e uso do grande projeto durante a crise energética mundial. A partir da década de 1980, são lançados programas que objetivam a troca de óleo diesel por óleo vegetal. O dendê, como oleaginosa para produção de biocombustível, inicia em 1986. (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2014).

O PNPB- Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, criado em 2004, pelo governo federal, consolidou os biocombustíveis como fonte energética alternativa, aumentando a produção de 70 milhões de litros/ano para em 2006 para 2,74 bilhões de litros/ano em 2012. Nesse sentido, o Brasil passa a ser o terceiro maior produtor de biocombustível, atrás de Argentina e Estados Unidos. (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2014).

Seguem abaixo as principais diretrizes do plano nacional de produção de biodiesel,

atualmente coordenado pela CEIB⁹, por meio das quais podemos observar a tentativa de incorporar aspectos de natureza tecnológica, mercadológica e socioambientais na cadeia produtiva, inserindo o biocombustível na matriz energética nacional sob a falácia de aumento de empregabilidade e renda nas regiões com maiores índices de pobreza. São eles: Implantar um programa sustentável que promova a agricultura familiar; garantir preços competitivos, qualidade e suprimento do biodiesel em todo território nacional; produzir o biodiesel a partir de diferentes oleaginosas e em regiões diversas.

Na Amazônia Paraense a produção de biocombustível se destaca no nordeste do Estado, alcançando 90% da produção nacional (JORNAL BEIRA RIO - UFPA, 2014), característica dos grandes projetos, sendo os municípios produtores: Acará, Bonito, Castanhal, Igarapé-Açu, Tailândia, Tomé- Açu, Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. É importante considerar as políticas de incentivo ao monocultivo de dendê introduzidas nessa região e o impacto delas na implantação das agroindústrias. As empresas que possuem destaque na região são Agropalma, Biopalma e B.B.B.-Belém Bioenergia Brasil (NAHUM, 2013).

A dendeicultura no estado do Pará começou com intensidade no ano de 2002 e está relacionada ao projeto de Agricultura Familiar com o dendê, desenvolvido entre governo, o Banco da Amazônia – BASA e a empresa Agropalma Ltda. As plantações de 2012 são resultantes do programa de produção sustentável de óleo de palma (VASQUEZ, 2015), porém a ação estatal, segundo Nahum (2016), ocorre desde a década de 1950, quando houve a introdução dessa cultura no território paraense, sob a criação de condições econômicas, políticas, normativas e infraestruturais, que possibilitassem a reprodução dessa oleaginosa no território paraense. *Há um interesse no cultivo do dendê para biodiesel, expressando-se com um evento que organiza a paisagem, a configuração territorial e a dinâmica social* (NAHUM, 2016).

O dendê passou a receber investimentos vultosos, característica dos grandes projetos, principalmente na Amazônia Paraense, após o dia 06 de maio de 2010, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou em Quatro Bocas, comunidade do município paraense Tomé-açu, Projeto Norte de Produção Sustentável de Biodiesel da Petrobras a partir do óleo de palma (dendê) e o programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil, com o grande objetivo de tornar o Pará o maior polo industrial de biodiesel do mundo, na contramão do pequeno agricultor. Pois o que vem se acompanhando até o presente momento, é a

⁹ Comissão Executiva Internacional de Biodiesel: órgão responsável pela elaboração, implementação e monitoramento do programa.

ausência de políticas de apoio real aos pequenos agricultores rurais, no que se refere à reforma agrária, apoio na produção das culturas de sustento da vida destas famílias, garantias de direitos trabalhistas, dentre outros aspectos.

Segundo Nahum (2016), a expansão dessa monocultura reflete a histórica concentração de terra, que é um dos impactos socioambientais dos grandes projetos, sufocada pelo discurso de desenvolvimento territorial rural, da geração de emprego e renda, da inclusão social e da recuperação de áreas degradadas, mas o que se observa de fato, é o aumento da desigualdade no que se refere a estrutura agrária da região amazônica, bem como as políticas de estado que concebem o campo como espaço meramente produtivo e com cada vez menos espaço para o pequeno produtor.

O Pronaf¹⁰ tem como principal função, estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra dos agricultores, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários ou não desenvolvidos em estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias próximas (NAHUM, 2016). O Pronaf em parceria com o Banco da Amazônia (BASA), financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Porém ainda ocorre um grave problema, no que se refere aos financiamentos, tais como por exemplo o Pronaf-ECO, Pronaf- MULHER, linhas de crédito destinadas a custear projetos de agricultura familiar do dendê, porém que preservam algumas lacunas no que consiste ao número de famílias cadastradas no diagnóstico territorial participativo e as que estão aptas ao programa de agricultura familiar, as questões relacionadas a titularidade da Terra, entre outros que dificultam o acesso ao crédito pelos pequenos produtores.

Desse modo, as linhas de crédito, a exemplo o PRONAF concebem o campo como um espaço de reprodução do capital, através da implantação dos grandes projetos e não como um espaço para se viver, no qual o camponês gradativamente se transformará em empreendedor rural ou em uma nova versão de trabalho escravo (NAHUM, 2016).

De acordo com informações da Sagri¹¹, somando-se as áreas próprias da agroindústria e às ocupadas pela agricultura familiar, a região contabiliza cerca de 166 mil hectares ocupados pela monocultura (REPÓRTER BRASIL, 2015).

¹⁰ Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar. Os beneficiários do Pronaf são os agricultores e produtores rurais das unidades familiares de produção rural e que apresentem a “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)” ativa. Declaração pode ser adquirida nos sindicatos rurais ou em uma empresa de assistência técnica e extensão rural, por exemplo a Emater.

¹¹ Secretaria de Agricultura do Estado do Pará.

O estudo de Drouvot e Drouvot (2011), por meio de entrevistas com atores implicados no PNOP¹², teve o intuito de perceber as visões sobre a implementação do Programa. Nos municípios onde a exploração de madeira recua, devido às pressões ambientais, agricultores indicavam aos pesquisadores que viam o dendê como alternativa de grandes possibilidades de ganhos financeiros em comparação aos ganhos tradicionais obtidos com mandioca, por exemplo, evidenciando a grande expectativa destes com a palma. Mas, ao contrário, os resultados do estudo evidenciam uma série de problemas, especialmente nos dados reveladores da vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores e de seus sindicatos ou associações.

Nesse sentido, a falta de regularização da propriedade por grande número de pequenos agricultores é uma barreira para o crédito bancário, inviabilizando a entrada das famílias mais vulneráveis economicamente e ocasionando que vendam suas terras no mercado fundiário superaquecido.

O cultivo do dendê na Amazônia paraense teve sua implantação na região devido à influência das organizações e dos incentivos legais sobre a dendeicultura. Vasquez (2015), realizou pesquisa bibliográfica e documental sobre a trajetória do dendê, tomando como início o ano de 1960 e como ponto final da pesquisa 2013 para confirmar esta informação. Segundo o autor em 1960 se iniciaram os primeiros planos para implantação do dendê com fins industriais.

A Amazônia Legal cobre 60% do território nacional, em um total de cinco milhões de km² (VASQUEZ, 2015). Esta é composta pelos seguintes estados: Amazonas, Acre, Amapá, parte do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Pará, Roraima e Tocantins.

Nesse sentido percebe-se através da agroindústria do dendê no Pará, o padrão de desenvolvimento atrelado aos grandes projetos na Amazônia na contramão do pequeno produtor rural, ou de uma política de desenvolvimento local sustentável, que agregue sociedade, economia e meio ambiente natural.

Desde então temos demarcado um *boom* do dendê, tornado possível por determinados estágios das pesquisas tecnológicas acerca das condições edafoclimáticas necessárias e propícias ao cultivo em grande escala da palma do dendê; por um conjunto de ações governamentais que promoveram o cultivo da palma africana à política de Estado; por fim, pela voracidade do mercado de *commodities* de óleo de palma, que encontrou seus limites físicos e territoriais no continente asiático, por isso expande-se para África e América Latina (Nahum, 2016, pág. 54).

¹² Plano Nacional de óleo de Palma.

Os municípios que nos quais ocorre o cultivo do dendê são: Moju, Tailândia, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Garrafão do Norte, São Domingos do Capim, Benevides, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Ananindeua, Santa Bárbara, Bujarú, Irituia, Abaetetuba, Baião, Mocajuba, Cametá, Igarapé-Miri.

A agroindústria do dendê na Amazônia representa uma forma de reprodução do capital no espaço agrário amazônico, expresso pelo aumento de áreas plantadas, a produção do óleo, o número de empresas no território paraense, assim como o aumento de municípios que passam a integrar essa cadeia produtiva (NAHUM, 2015).

Este aumento de produção está diretamente relacionado às políticas públicas, traço nacional dos grandes projetos, de incentivo a produção que estão a serviço do setor privado em relação ao Estado. (NAHUM, 2015) Dentre as políticas públicas, que incentivam os grandes projetos, podemos enumerar as principais no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Políticas Públicas

Política	Especificações
Código florestal Lei nº 12.651/12.	Na área da Amazônia Legal, o <i>guarda florestal</i> terá seu trabalho reduzido se o estado realizar o Zoneamento Ecológico-Econômico. De acordo com inciso I do Art. 13, poderá reduzir para até 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e os corredores ecológicos.
decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010	Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento.
Projeto de lei da câmara, nº 119 de 2013.	Dispõe sobre o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil e estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico nacional para essa cultura. Define o objetivo, as diretrizes, os instrumentos do programa. Veda a supressão, em todo o território nacional, de vegetação nativa para a expansão do plantio de palma de óleo, na forma em que especifica. Estabelece que espécies de palmáceas oleaginosas nativas ou exóticas poderão ser plantadas em propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal para fim de recomposição da respectiva reserva legal, nos termos da legislação em vigor.

Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005	Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências.
O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e o Programa Sustentável de Palma de Óleo do governo federal	Responsável pela atual dinâmica territorial da cultura da palma de dendê na microrregião de Tailândia. Esses programas fomentam e normatizam a expansão das empresas já consolidadas na região.

Fonte: elaboração própria.

Podemos perceber a Monocultura do Dendê, como uma nova frente de Grandes Projetos para a Amazônia, a qual esta a serviço do capital internacional e não do desenvolvimento local da região, refletindo um *processo de desenvolvimento tardio e marginal do estado do Pará*, no qual *as enormes desigualdades intrarregionais criaram uma demanda reprimida por investimentos* (FARIAS, 2016) e que não tem como ser resolvida por meio de um desenvolvimento que se impõe de fora para dentro do território, deixando conosco no local, um legado de descampanização, desvalorização do trabalho do pequeno produtor e neste caso do trabalho feminino, desnutrição de famílias, concentração de terras, deterioração do ambiente natural, dentre outros.

3.2 Plano Estadual de Políticas para as Mulheres

Em visita a SEJUDH e conversa com a coordenadora da secretaria de políticas para mulheres, esta relatou da importância do plano estadual de políticas para as mulheres – PEPM, que é um instrumento legal que versa sobre as políticas públicas para as mulheres no Estado e seus municípios. Define as diretrizes das políticas para as mulheres, reafirma a importância de avançar na garantia de seus direitos e tem transversalidade, integralidade e intersetorialidade como princípio orientador dessa política. Tem também resultado expressivo da participação de mulheres nas cinco conferências ocorridas em 2004, 2007, 2008, 2012 e 2015, em que foi construído e sistematizado pela Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres- CIPM da SEJUDH- Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, o qual seguiu as orientações da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Paraná – SPM/PR, com o apoio de conselheiras do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), em consonância com os princípios norteadores da Política Nacional e as diretrizes da Política Estadual, com ajustes

após a V Conferência Estadual, os quais refletem as necessidades das mulheres no Estado do Pará.

O plano está organizado em nove eixos norteadores, nos quais estão estabelecidas 35 prioridades e definidas 253 ações.

Em entrevista, a Sra. Maria Trindade, coordenadora da CIPM, fala sobre a atualização do PEPM:

A versão atualizada foi avaliada na última conferência, que demandou 63 novas prioridades, num diálogo democrático feito por 264 conferencistas representantes dos governos estadual, municipais e sociedade civil que foram eleitas pelas 6.053 mulheres participantes das 65 conferências municipais, contemplando a diversidade das mulheres paraenses. Nesse contexto, o PEPM vai ao encontro dos anseios das mulheres paraenses e traduz a realidade e os desafios na luta pelos direitos humanos das mulheres. (PEPM, 2006, p.27)

Dentre os nove eixos de políticas previstas no plano, damos destaques aos que dialogam diretamente com esta dissertação:

1. Autonomia econômica e igualdade no Mundo do Trabalho com inclusão social;
2. Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
3. Direito à terra, à moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais. (PEPM, 2006)

Esses princípios e diretrizes da política estadual norteiam todos os órgãos na elaboração, ampliação e implementação de políticas para as mulheres nos municípios do estado do Pará, segundo informações da coordenadora, para superar as desigualdades entre homens e mulheres é fundamental as políticas de gênero, garantindo a emancipação e autonomia social, econômica e políticas das mulheres.

Com relação aos princípios e diretrizes do PEPM destacamos abaixo alguns que estão mais voltados para melhorias das condições de vida das mulheres no meio rural:

Quadro 3 – Princípios e diretrizes

Princípios	Diretrizes
Igualdade e respeito à diversidade	Pautar ações e políticas visando a autonomia das mulheres do meio rural e urbano; cidadania e combate à pobreza avaliando os setores econômicos do Estado; o desenvolvimento do Pará e das mulheres, criando mecanismos de geração de renda, além de qualificação profissional, ampliando horizontes.
Universalidade das Políticas	Fortalecer a gestão articulada entre as esferas de governo para implementação de políticas públicas para as mulheres com o fortalecimento da CIPM, e incentivo à criação de organismos de políticas para as mulheres nos municípios e, principalmente, garantir a infraestrutura necessária para o pleno funcionamento do CEDM, a fim de desenvolver ações com objetivo de ampliar o número de conselhos nos municípios, consolidando, assim o exercício do controle social e contribuindo na construção de políticas para as mulheres no Estado.
Participação e controle social	Devem ser garantidos o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas.

Fonte: elaboração própria.

No que consiste as gestões públicas municipais é importante considerar a atuação destes no que se refere a proposta de desenvolvimento local, que se fundamenta em inclusão social, cooperação, criação e alargamento de esferas públicas em que diferentes atores sociais dialoguem a partir de seus interesses buscando construir em conjunto.

Segundo a Care Brasil o desenvolvimento local é o conjunto de ações em territórios que permitem a ativa participação do cidadão, o efetivo controle social sobre a gestão pública, através do fortalecimento da sociedade civil e o empoderamento de grupos sociais. Outra contribuição bem interessante sobre este tema, é a de Sérgio C. Buarque (1999) que nos diz que o desenvolvimento local deve ser endógeno, ou seja, partir de dentro da sociedade, com uma economia dinâmica e competitiva, em coerência com a conservação de recursos naturais e do meio ambiente.

A Organização Internacional do Trabalho- OIT (2017), diz que o desenvolvimento local promove a participação e o diálogo a nível local, estabelecendo a ligação entre as partes interessadas do setor público e do setor privado e os respectivos recursos com vista ao melhor

emprego e melhor qualidade de vida para todos os cidadãos do local. Desta forma, ao analisarmos as práticas da gestão pública local e em como esta vem gestando o município foi de relevante importância estas referências.

Em 2007 foi criada a PNDR- Política Nacional de Desenvolvimento Regional (colocar nas referências), cujo propósito é reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa em nosso país de dimensões continentais, por meio da dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas do território. Isso significa dizer também que é necessário promover o desenvolvimento local, superando as desigualdades, oportunizando melhorias de condições de vida a todos e a principal forma de fazer isso é por meio do trabalho e da geração de renda. Em síntese a gestão pública local deve elaborar um planejamento de gestão que promova o desenvolvimento local nas perspectivas econômica, social e ambiental. Porém o que observamos na visita em Tailândia foi um modelo de administração pública centralizada direcionando os atos desta administração, com baixa participação da população local, ou nenhuma, nos processos decisórios e nos levantamentos diagnósticos, em conversa com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município e com duas agricultoras que ocupam cargos neste sindicato e oito agricultoras do assentamento Pindorama, estes informaram da inexistência de diálogo e parcerias entre os agricultores e o governo local. Observa-se neste modelo de gestão as decisões serem tomadas distantes do cerne dos problemas e ineficiência na utilização dos recursos, sem privilegiar a inclusão social, as potencialidades econômicas e ambientais do local.

4 AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO FEMININO NA DENDEICULTURA: CONTRADIÇÕES ENTRE A DOMINAÇÃO E LIBERDADE EM TAILÂNDIA (PA).

A proposta de desenvolvimento, tendo como base as agroindústrias, é talhada nos moldes da produção capitalista de concentração de poder, renda, terras e recursos nas mãos de grandes empreendedores e latifundiários e na contramão do pequeno produtor e do meio natural, *desumanizando e destruindo o planeta e precarizando o trabalho*, a exemplo da monocultura do dendê (ANGELIM, 2014), ou seja, um desenvolvimento de centralidade econômica.

Neste capítulo apresentamos algumas características do município de realização do estudo, informações identificadas por nós, como importantes. Nesse sentido apresentaremos elementos nos quais temos avançado no caso da Dendeicultura em Tailândia-PA. Onde buscaremos mostrar o contexto histórico do local e o cenário da dendeicultura no referido município, assim como um breve histórico desta cultura agrícola como forma de alicerçar o desenvolvimento desta pesquisa.

4.1 O Estudo de Caso: Tailândia

O município de Tailândia está localizado na região de integração do Tocantins, a qual é formada pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Mocajuba, Mojú, Oeiras do Pará e Tailândia (Atlas interação regional, 2010). A população do município no exercício de 2010 era de 79.297 habitantes, sendo 40.991 homens e 38.306 mulheres, ou seja de 51,69% de homens e 48,31% de mulheres.

Figura 1 – Visão panorâmica de Tailândia-PA



Fonte: Google imagens (2017).

Tailândia, com relação a abrangências dos principais instrumentos legais da administração pública local nos remete as seguintes informações (Quadro 2) obtidas no atlas de interação regional do Estado do Pará (2010):

Quadro 2 – Informações gerais sobre Tailândia-PA

Município	Lei de Diretrizes Orçamentárias	Lei de Orçamento Anual	Lei de Perímetro Urbano	Ano da Lei Orgânica	Plano Diretor
Tailândia	Sim	Sim	Não	2004	Sim

Fonte: elaboração própria.

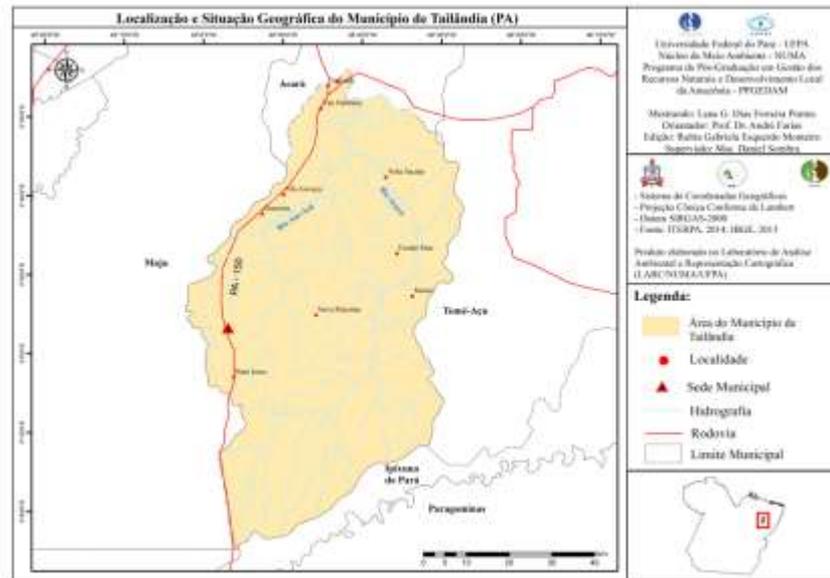
Dos municípios da região de integração Tocantins, Tailândia possui o maior coeficiente de mortalidade infantil, 29,7 e uma das maiores taxas de analfabetismo, 26,24, perdendo apenas para Moju com 29,99. Por outro lado, possui a maior taxa de homicídios com 100,3, comprovando que mesmo que seja o município de maior potencial na produção de dendê, mesmo assim, não se percebe melhoria no que se refere a segurança, educação, por exemplo (Atlas interação regional, 2010).

O município é conhecido também pela forte produção agropecuária e extração madeireira, registrando em 2009, o valor de R\$2.139.613,79 referente ao valor das operações de crédito para o setor (Atlas interação regional, 2010).

Conhecida como cidade da Liberdade, na drenagem do município destaca-se o rio Acará que atravessa o município de sul ao norte, na margem direita o rio Urucuri, limite parcial ao norte com o município do Acará, e os igarapés Anajateua, Ipiranga, Ipiranguinha e Papurá. Na margem esquerda o principal afluente é o rio Aju-Açu e o Igarapé Turiaçu, este fazendo limite parcial, a nordeste com Moju. Na maior parte do município corre floresta equatorial latifoliada de terra firme, apresentando como subtipo a floresta densa dos baixos platôs, próximo às margens do rio Acará, localiza-se a mata de várzea, que ocupa os terrenos mais baixos, sujeitos a inundações. Existe no município um grande projeto de plantio de seringueiras, assim como da palma de óleo (dendê). (PORTAL PREFEITURA DE TAILÂNDIA, 2017)

A seguir o Mapa 1 mostra a localização geográfica de Tailândia:

Mapa 1 – Localização geográfica de Tailândia-PA



Fonte: Laboratório de Análises Cartográficas/NUMA/UFPA.

De acordo com os dados da Secretaria de Governo de Políticas para as Mulheres, temos o quantitativo de 14.129.837 mulheres no meio rural, o equivalente a 7,4% da população. Considerando o número de mulheres que vivem na área urbana, que é de 83.218.972 o que equivale à 43,6% da população, podemos compreender a invisibilidade dessas mulheres nas estatísticas oficiais, assim como com relação a invisibilidade de seu trabalho e participação social.

Segue abaixo, na Tabela 1, alguns dados do sistema nacional de gênero de acordo com o censo de 2010 do IBGE com dados importantes de mulheres de Tailândia para este estudo:

Tabela 1 - Dados do sistema nacional de gênero sobre Tailândia-PA

Especificação	Mulheres Quantidade	Homens Quantidade	Unidade
Total de domicílios particulares permanentes urbanos com responsável pelo domicílio	4.297	11.592	domicílios
Total de analfabetos de 15 anos de idade ou mais	2.860	4.223	pessoas
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais	11,5	15,8	%
Total de pessoas entre 6 e 14 anos que frequentam ensino fundamental	6.244	6.542	pessoas
Total pessoas entre 15 e 17 anos de idade que	722	702	pessoas

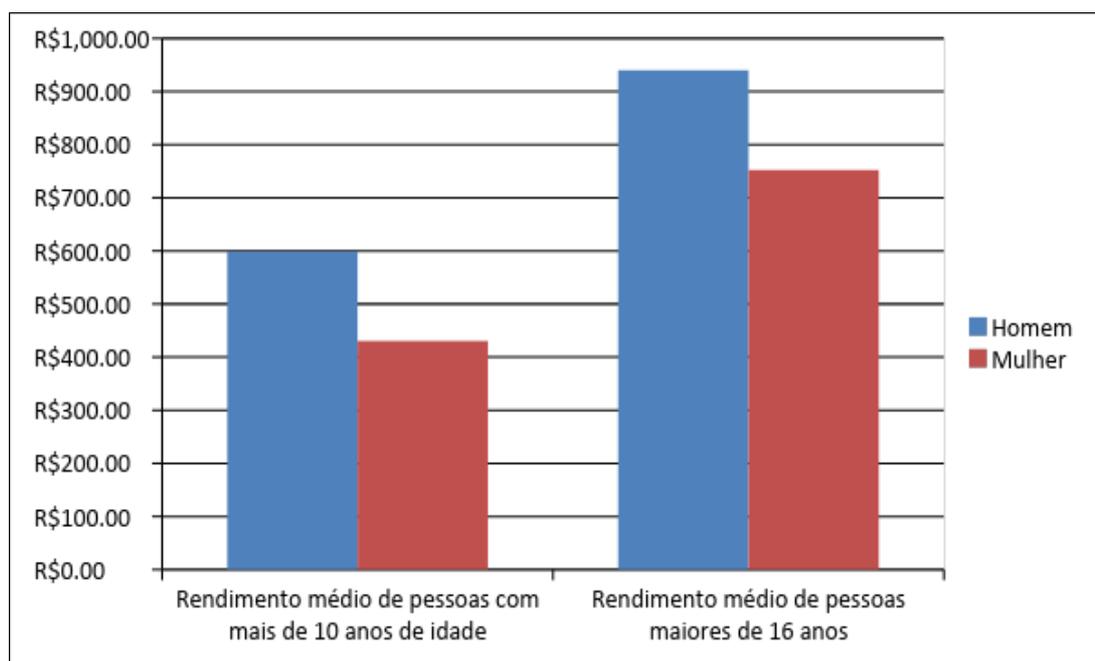
frequentam ensino médio			
Total de pessoas entre 18 e 24 anos que frequentam ensino superior	167	27	Pessoas
Total de pessoas que não haviam concluído o ensino médio entre 18 e 24 anos e não estavam frequentando escola.	3.379	3.412	Pessoas
Taxa de abandono escolar entre 18 e 24 anos	52%	56,6	%

Fonte: IBGE (2010).

Na Tabela 1, acima, podemos observar um tanto mais da realidade das mulheres do município de Tailândia, no que se refere a necessidade de aprimoramento educacional, como forma de terem a possibilidade de competir no mercado de trabalho, por maiores oportunidades de emprego e também como forma de terem maiores possibilidades de aumento da capacidade de renda própria e da família, ganhando gradativamente mais independência econômica e autonomia na participação dos processos decisórios da família e no local onde estão inseridas.

Logo abaixo temos o Gráfico 1, no qual fica claro as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres, que possivelmente ocorrem por vários fatores, dentre eles a desvalorização da mão-de-obra da mulher no mercado de trabalho e também a necessidade de aprimoramento profissional/educacional.

Gráfico 1 - Diferenças de rendimentos entre homens e mulheres



Fonte: IBGE (2010).

Diagnosticar e analisar como a dupla, ou tripla jornada de trabalho vem ocorrendo na vida destas mulheres com a chegada da agroindústria no município de Tailândia significa problematizar o trabalho feminino na sua totalidade:

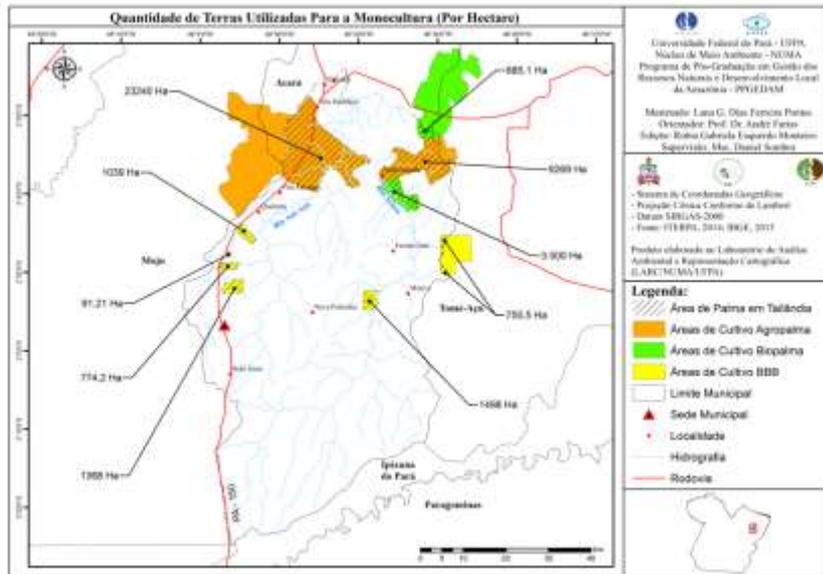
Falar do trabalho feminino no Brasil, a partir de uma perspectiva feminista, significa tornar as mulheres visíveis. Isso implica em descobri-las por detrás das estatísticas, computando, por exemplo, quantas são, em que setores se inserem, quais as funções que ocupam, qual a sua média de rendimentos mensais e o tipo de relações de trabalho que desfrutam (SARDENBERG, 2004, p. 28).

Tailândia possui 315 famílias incluídas no cultivo de dendê. Esses agricultores foram beneficiados pelo Pronaf¹³- Programa Nacional de Agricultura Familiar, com o financiamento de projetos nos quais os valores variam entre 25 mil e 337 mil reais, e em alguns casos até 500 mil reais, com período de quitação que varia entre 5 e 8 anos (Carvalho et al, 2016).

Segue abaixo o Mapa 2 com a quantidade de terras que está sendo utilizada pelas agroindústrias para o cultivo do dendê por hectare no município de Tailândia. Agropalma sai na frente com 32.509 ha de terras, em seguida a Biopalma com 4.385,1 ha de terras, Belém Bioenergia Brasil-BBB com 5.525,91 ha de terras, ou seja, um total de 42.420,01 ha de terras sendo utilizadas para a monocultura em um município com 4.430.222 km² de extensão (IBGE, 2010), o que equivale a 443.022.200 hectares. Um total de 9,7 % do município sendo utilizado para a monocultura do dendê.

Mapa 2 - Quantidade de terras utilizadas pelas agroindústrias para o cultivo do dendê em Tailândia-PA

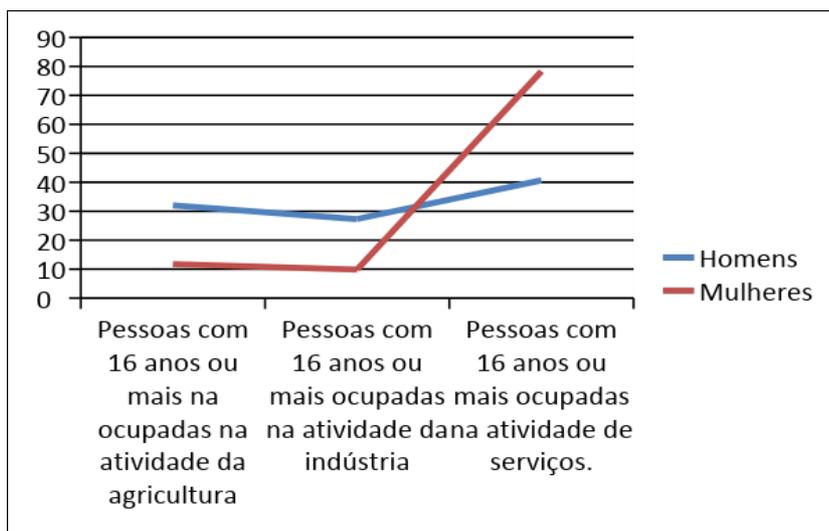
¹³ Programa do Governo Federal que tem como objetivo, fortalecer as atividades desenvolvidas pelos agricultores, a partir do financiamento de atividades e serviços agropecuários ou não, desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, para melhorar a qualidade de vida das famílias produtoras. O Pronaf possui alguns subprogramas, os quais são: Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Jovem, Pronaf Microcrédito e Pronaf Cota-Partes, destinados a pessoas físicas, jurídicas, associações e cooperativas.



Fonte: Laboratório de Análises Cartográficas- NUMA/UFPA

Atualmente temos um percentual de homens e mulheres trabalhando nas atividades da agricultura, indústria e serviços no referido município com 16 anos de idade ou mais, de acordo com dados obtidos no censo de 2010 do IBGE. Podemos observar uma maior participação das mulheres e homens na prestação de serviços, porém em cada um dos setores de trabalho, percebe-se uma participação maior dos homens. Segue Gráfico 2 a seguir para melhor visualização:

Gráfico 2 – Participação de Homens e Mulheres



Fonte: IBGE (2010).

Tabela 2 - Participação de Homens e Mulheres

	Homens	Mulheres
Pessoas com 16 anos ou mais na ocupadas na atividade da agricultura	32%	11,7%
Pessoas com 16 anos ou mais ocupadas na atividade da indústria	27,3%	9,9%
Pessoas com 16 anos ou mais ocupadas na atividade de serviços.	40,7%	78,3%

Fonte: IBGE (2010).

A expansão da cultura do dendê reflete a histórica concentração de terra, sufocada pelo discurso de desenvolvimento territorial rural, da geração de emprego e renda, da inclusão social e da recuperação de áreas degradadas pela pecuária, reforçando a desigualdade na estrutura agrária amazônica, bem como as políticas de Estado, que concebem o campo como espaço meramente produtivo e com cada vez menos espaço para o pequeno produtor (NAHUM, 2016).

O recurso em disputa entre a agroindústria e o pequeno agricultor é a terra. A concentração e controle desta, exercido pela agroindústria *numa relação de assimetria, coerção dissimulada e transferência total dos riscos da atividade econômica em desfavor dos agricultores* (SILVA et al, 2016). Esta situação nos mostra o perfil de desenvolvimento promovido pelo Estado através dos grandes projetos para a Amazônia. Uma reedição da colonização do território amazônico paraense que favorece o capital, a concentração fundiária, o descampesinato, a degradação da vida humana e natural em contradição com o que de fato seria um desenvolvimento local sustentável.

O município de realização deste estudo foi o município de Tailândia-PA, que está nas ateias de políticas de retórica desenvolvimentista, visando o monocultivo do dendê, o qual a empresa AGROPALMA se destaca em assimetria aos pequenos produtores da agricultura familiar.

Tailândia está localizada na região de integração Tocantins, que é formada por onze municípios, dentre eles: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. O município foi criado em 1989.

A partir de 2005, posterior a implantação do Plano Nacional de Produção de Biodiesel- PNPB e a inserção da agricultura familiar na monocultura do dendê, teve início uma nova fase da dendeicultura em Tailândia, no qual o número de áreas plantadas cresceu substancialmente e conseqüentemente a produção. Tornando-se maior produtor de dendê da

região de Tomé-açu. (CARVALHO et al, 2016) Segue abaixo a Tabela 3, que demonstra a produção de dendê no estado do Pará.

Tabela 3 - Produção de dendê no estado do Pará (2006)

Principais Municípios Produtores	Produção em Toneladas
Tailândia	464.735
Acará	182.000
Mojú	135.132
Santa Bárbara do Pará	50.500
Igarapé-Açu	42.500
Tomé-Açu	37.500
Santo Antônio do Tauá	35.750
Castanhal	27.027
Bonito	24.000
Santa Isabel do Pará	12.000
Concórdia do Pará	8.750
São Francisco do Pará	2.853
Bujaru	2.800
Vigia	1.625

Fonte: Carvalho et al, 2016.

Segue abaixo o Mapa 3, que ilustra as terras de propriedade da grande indústria em Tailândia no qual podemos observar a questão da concentração de terras.

Mapa 3 - Terras de propriedade da grande indústria em Tailândia-PA



Fonte do Mapa: Laboratório de Análises Cartográficas- NUMA/UFPA

Figura 2 – Dendzal da empresa Agropalma em Tailândia PA.



Fonte: Google imagens (2018).

4.2 Contexto Estadual da Política Estadual da Política Estadual para Mulheres

Em visita à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos-SEJUDH, na Coordenadoria de Políticas para Mulheres, foi verificado em pesquisa que as ações do governo do Estado têm foco no que se refere a programas, projetos e ações, que visam a consolidação da Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, definidas no eixo V da PEPM, por meio de políticas integradas em todos os municípios do estado do Pará, e, portanto, não há um destaque nas ações para as agricultoras, no que se refere a projetos e programas voltados a realidade das mulheres do campo. O que ocorre, segundo a coordenadora, são ações realizadas pelo “Ônibus Lilás”, duas unidades móveis, as quais foram instituídas com o objetivo de atender as mulheres localizadas no meio rural, adquiridas por meio de uma pactuação com a secretaria nacional de políticas para mulheres, que vem ao encontro às reivindicações feitas na “marcha das margaridas”. Exclusivas das trabalhadoras rurais, têm como objetivo trabalhar o enfrentamento da violência contra as mulheres e levar informação para as trabalhadoras rurais. Com relação ao município de Tailândia, a coordenadora informa que este possui um órgão deliberador de políticas para mulheres e que foi solicitado no exercício de 2016 uma capacitação para as integrantes do órgão para a CIPM/SEJUDH, porém segundo nos informa, a maior dificuldade com relação à implementação de políticas para mulheres no estado do Pará, especificamente, está relacionada ao entendimento por parte da gestão, da importância da operacionalização, acompanhamento, fiscalização dessas políticas, assim como a descontinuidade das ações, por

motivos de interesses políticos ou divergências partidárias entre representantes governamentais no decorrer das mudanças de governo. Em visita ao município de Tailândia, foi verificada a extinção do órgão deliberador de políticas para mulheres, comprovando assim, que não é foco da atual administração do município possibilitar o desenvolvimento e melhoria das condições de vida das mulheres do referido município por meio de ações mais direcionadas a estes como prevê o PEPM.

As ações da CIPM são voltadas para as mulheres em situação de violência, sejam elas do campo ou da cidade, por meio da integração de várias secretarias estaduais de governo com a SEJUDH, dentre elas: Secretaria de Assistência, Trabalho, Emprego e Renda; Secretaria de Saúde; Secretaria de Educação; Política Civil; Sistema de Justiça Estadual (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública); dentre outras.

Dessa forma, as ações da CIPM estão principalmente vinculadas ao eixo V do PEPM que trata do enfrentamento das formas de violência contra as mulheres da cidade, do campo, das águas e da floresta, e que tem como objetivo geral promover ações, na perspectiva de gênero, que promovam a prevenção, o atendimento e o combate a todas as formas de violência contra as mulheres no Estado do Pará, contribuindo para sua erradicação.

Ainda não é o foco da CIPM, trabalhar a autonomia no mundo do trabalho e inclusão social da mulher, ponto este contraditório, ao considerarmos, a independência financeira como uma possibilidade de superação da violência doméstica, que muitas vezes a mulher se submete por ser dependente financeiramente de seu cônjuge. Neste sentido, percebemos que as políticas voltadas para o atendimento das necessidades das mulheres, ainda ficam em torno, das medidas punitivas contra a violência física e psicológica e deixando de lado um fator fundamental, no que se refere a instrução educacional e profissional destas, para que tenham sua autonomia garantida, no sentido de melhores condições de inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente a diminuição da submissão a situações de maus tratos.

Relevante destacar a importância do cuidado com a mulher em nossa sociedade, haja vista que a população do país é composta majoritariamente por mulheres, com 51,03% (IBGE, 2010) e também no sentido de promover o desenvolvimento do país, considerando a autonomia econômica e financeira das mulheres, para que estas fiquem menos vulneráveis à violência, para que tenham mais empoderamento para disputa política, com mais condições para serem inseridas no mercado de trabalho, através da qualificação educacional e profissional. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para as mulheres são de extrema importância para o desenvolvimento de uma sociedade, de maneira a buscar incluir em seu leque de ações todas estas especificidades que perpassam a vida da mulher. De forma a buscar

desenvolver o país, o estado ou município, incluindo suas mulheres em seus planos de desenvolvimento.

Em visita ao Município de Tailândia, não foram identificadas ações significativas, do ponto de vista da qualificação da mão-de-obra e aumento da capacidade de renda das agricultoras, nem por iniciativa do sindicato das trabalhadoras rurais, no qual foi informado que são realizadas apenas oficinas de artesanato, de uma a três vezes no decorrer do ano, organizada pelo próprio sindicato em parceria com a Fetagri- Federação dos Trabalhadores, nem tampouco na secretaria de Meio Ambiente e Educação do Município, como forma de promover qualificação e diversificação da mão-de-obra das trabalhadoras rurais do município, nem na secretaria de meio ambiente e educação. Esse distanciamento entre gestão e sociedade dificulta o atendimento das reais necessidades da população local e conseqüentemente o desenvolvimento.

Com relação ao órgão deliberador de políticas para mulheres no município este encontra-se inativo. Com relação a ações da SEJUDH em Tailândia, em nenhuma das instituições visitadas, têm-se conhecimento das atividades da coordenadoria de políticas para mulheres.

Nesse sentido é necessário ampliar os equipamentos para proteção e garantia dos direitos das mulheres, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho, como forma de garantir o acesso equitativo das mulheres ao mercado, tanto no sentido salarial, quanto com relação a cargos, formalização do emprego, garantias e direitos legais trabalhistas sendo cumpridos, condições de trabalho, carga horária, incentivo ao empreendedorismo, assim como fiscalizações e acompanhamentos dessas formalidades e participação social ativa nos campos de tomada de decisão.

Atualmente o Estado do Pará possui 47 pontos de atendimento integrantes da rede de serviços de atendimento à mulher conforme dados cedidos pela CIPM no Quadro 5:

Quadro 4 - Rede de serviços de atendimento à mulher

SERVIÇO	MUNICÍPIOS
PROPAZ integrado/DEAM	Belém, Santarém, Bragança, Altamira, Tucuruí, Paragominas e Breves.
Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher – DEAM	Breves, Parauapebas, Santarém, Abaetetuba, Tucuruí, Itaituba, Belém, Altamira, Castanhal, Paragominas, Marabá, Redenção, Barcarena, Capanema, Soure e Bragança.
Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CRAM	Ananindeua, Breves, Parauapebas, Santarém, Abaetetuba, Xinguara, Jacundá e Itaituba.

Casas – ABRIGO	Belém - (Estadual e Municipal) Santarém/Marabá/Parauapebas.
Varas de Violência Doméstica e Familiar	Belém (03), Altamira, Marabá e Santarém
Promotorias de Violência Doméstica e Familiar	Belém
Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher /Defensoria Pública – NAEM	Belém
Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem Autor de Violência Doméstica e Familiar /Defensoria Pública – NEAH	Belém

Fonte: CIPM, 2018.

Observamos que, dos 144 municípios no Estado do Pará, apenas 20 municípios, conforme tabela acima, possuem pontos de atendimento integrantes da rede de serviços de atendimento à mulher. O Município de Tailândia não possui e ao questionarmos a Coordenadora da CIPM, o porque de o município ainda não possuir ponto de atendimento, esta nos disse que muitos avanços já foram alcançados no que se refere à implementação da política para mulheres, porém há ainda alguns entraves que dificultam a operacionalização da política, dentre eles a extensão do território paraense, a continuidade das ações e programas devido aos interesses do governo que está no poder, pois na mudança de um governo para outro, na maioria das vezes, não há uma continuidade dos trabalhos que estão sendo realizados. Para que as ações continuem, depende, dentre outros fatores, da sensibilidade e interesse dos gestores governamentais. Além disso, existem questões relacionadas à disponibilidade orçamentária, ações de caráter fragmentário sem capacidade de integrar os programas governamentais, dispersando a perspectiva intersetorial e, ao mesmo tempo, salvo algumas exceções, sem fomentar a integração entre os diferentes níveis da federação: municipal, estadual e federal; o que nos leva a considerar que as ações de implementação de políticas para mulheres, ainda não é prioridade dos governos.

Outro fator colocado pela coordenadora CIPM é com relação ao caráter das políticas ser pouco transformador, predominando o poder local, através de concepções políticas voltadas para as mulheres enfocadas como mães e esposas e reforçando a reprodução de seus papéis tradicionais, ao nosso ver, nesse estudo, sem promover de fato uma possibilidade de mudança de padrão de vida, ou seja, uma possibilidade de adquirir maior independência em suas vidas, principalmente no que se refere aos aspectos econômico, profissional, educacional.

Nesse sentido, observa-se um grande esforço na busca pela erradicação da violência contra as mulheres, porém sem trabalhar em paralelo, com a mesma intensidade, no que se refere ao empoderamento econômico, educacional, profissional destas mulheres, para que tenham igualdade de condições no mercado de trabalho, bem como independência financeira, como forma de não se submeterem a relações violentas, por não terem condições de se manter. Dessa forma o eixo I e II, que tratam respectivamente sobre a autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social e educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica, devem entrar nos planos de ações integradas da SEJUDH através da CIPM em parceria com estes órgãos em busca de possibilitar transformações mais significativas e positivas na vidas das mulheres em nosso estado. Uma das formas é a pesquisa de demanda de mulheres em cada município, no que se refere a cursos de capacitação, profissionalizantes de acordo com suas necessidades, realidade local e perfil destas mulheres.

Com relação aos organismos de políticas para mulheres e de controle social distribuídos pelo Estado, temos 63 unidades, conforme os dados cedidos pela CIPM, especificados a seguir, no município de Tailândia apenas 1 conselho municipal de defesa dos direitos da mulher, conforme Quadro 5, porém em visita ao município este foi detectado como inativo:

Quadro 5 - Organismos de políticas para mulheres e de controle social

Organismo	Município
OPM-Estadual- Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres- CIPM	Belém
Secretarias da Mulher	Breves Jacundá e Parauapebas
Coordenadorias da Mulher	Belém, Anajás, Ananindeua, Bragança, Tucuruí, Ponta de Pedras, Augusto Corrêa, Barcarena e Marabá.
Departamentos da Mulher	Itupiranga e redenção
Assessoria da Mulher	Santarém
Organismos de controle social- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da mulher	Abaetetuba, Alenquer, Ananindeua, Baião, Barcarena, Belém, Belterra, Bragança, Breves, Bujarú, Capanema, Cametá, Castanhal, Chaves, Colares, Itaituba, Jacundá, Juruti, Melgaço, Marabá, Mocajuba, Muaná, Óbidos, Ourilândia do Norte, Parauapebas, Paragominas, Portel, Santarém, São Miguel do Guamá, Santa Luzia do Pará, Tailândia, Tucuruí e Xinguara.

Fonte: CIPM, 2018.

4.3 Posse da Terra

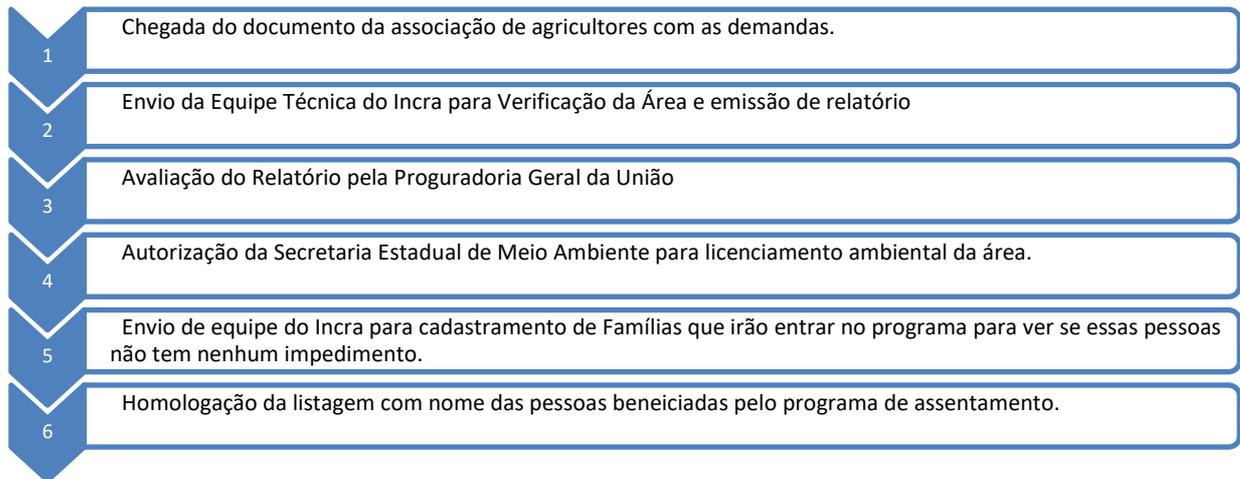
Com relação à posse da Terra foi realizada visita ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Incra, no qual foi realizada uma entrevista semiestruturada com o chefe da implantação de projetos; ele informou que na instituição existem quatro divisões de funcionamento, que são a divisão de Obtenção, a de Desenvolvimento, a Fundiária e a Administrativa. As que trabalham na atividade fim são as três primeiras. O departamento no qual obtive informações na primeira visita foi o de Implantação; ao entrevistar o coordenador sobre as atividades do referido departamento este me informou o seguinte:

A divisão de implantação trabalha com desapropriação de terra que vai gerar terras para a reforma agrária, este departamento executa ações para que os projetos agrários sejam executados, enviando técnicos às áreas para verificação geográfica, social, ambiental do local e levantamento de informações. Este departamento cria condições para a ação dos projetos de assentamento. (Entrevista com Coordenador da Divisão Implantação do Incra)

O Perito Federal Agrário é quem realiza o levantamento agrário na área e outros. O referido departamento faz o levantamento, desde a questão geográfica até o cadastro das famílias.

No momento da entrevista com o coordenador, foi solicitada a informação sobre o passo a passo da atividade do departamento para maior entendimento e realização deste estudo, o qual explicou que primeiramente chega o documento com a demanda/necessidade da comunidade. Posteriormente é encaminhada ao local uma equipe técnica para realização de estudo do local e emissão de relatório para o Incra; na sequência, o relatório é avaliado pela procuradoria geral da união, que tem escritório na sede da instituição, para licenciamento da área; depois da área ser licenciada, é enviada uma equipe do Incra para realização de cadastro das famílias que integrarão o programa e também para verificar se estas famílias não tem nenhum impedimento para realização do cadastro e finalmente a homologação da listagem com nome das pessoas que serão beneficiadas pelo programa de assentamento. Segue abaixo o fluxograma da criação do assentamento para melhor visualização, no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Fluxograma da criação do assentamento



Fonte: elaboração própria.

Concluídas estas atividades, quem entra em ação é a divisão de Desenvolvimento que trabalha nas áreas de: infraestrutura dos assentamentos, créditos, emissão de DAP, CCU- Contrato de Concessão de Uso, créditos. A posse definitiva da terra é liberada depois de cinco anos, comprovada a utilização legal do uso da terra, de acordo com as exigências estabelecidas pelo Inbra, que é o CDRU- Concessão de Direito Real de Uso, nada mais que a titulação definitiva da terra.

Nesse sentido seguem abaixo as informações obtidas na Diretoria de Obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento, contidas no relatório de outubro de 2017, sobre os assentamentos federais no município em estudo.

No município de Tailândia, constam três projetos de reforma agrária conforme informações contidas na Tabela 4, abaixo. Foi questionado se o departamento teria informação sobre o quantitativo de mulheres por assentamento, porém eles não possuem estes dados, comprovando aqui a necessidade das instituições se documentarem com relação ao registro de informações por gênero em seu banco de dados, como forma de facilitar as pesquisas e criação de políticas públicas para homens e mulheres.

Tabela 4 - Projetos de reforma agrária em Tailândia-PA

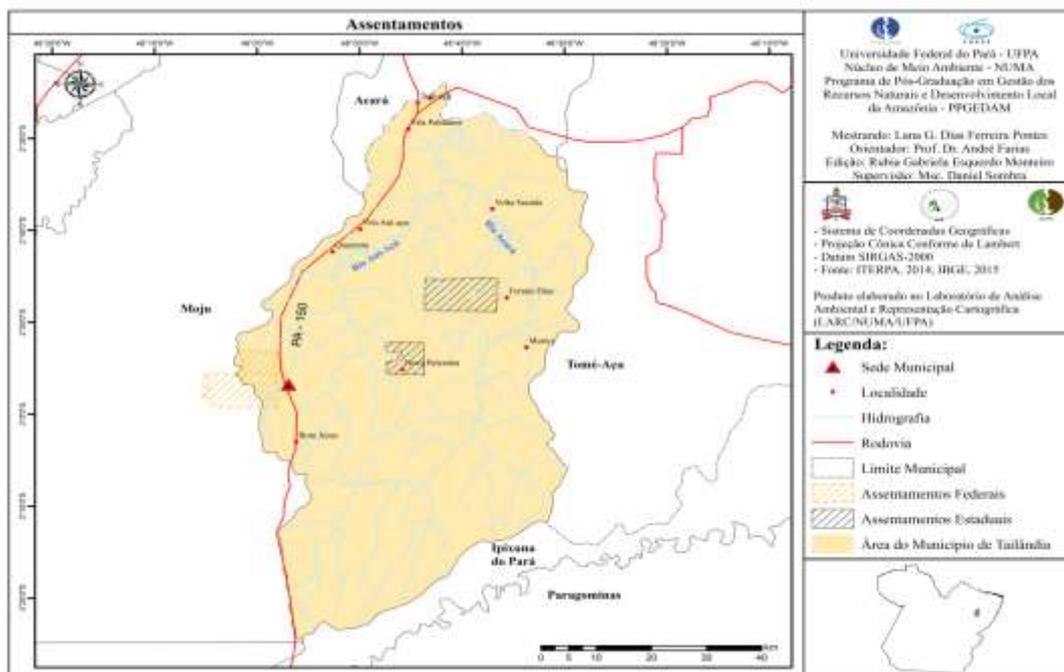
Código do Projeto	Nome do Projeto	Área (Ha)	Capacidade de Famílias	Nº Famílias			Número de	
				Titulados	Não Titulados	Total	Vagas	Excedentes
PA0167000	PA Serra Negra	2.904.0000	50	4	40	44	6	-
PA0521000	PE Borba Gato	8.514.5100	126	-	89	89	37	-

PA0522000	PE Pindorama	3.974.3234	48	-	33	33	15	-
-----------	--------------	------------	----	---	----	----	----	---

Fonte: elaboração própria.

No Mapa 4 a seguir é possível ter uma visão geográfica da localização dos assentamentos no respectivo município, os quais totalizam uma área de 15.392,8334 Hectares da extensão de Tailândia com total de 162 famílias e ainda 58 vagas disponíveis nestes, de acordo com as informações do Inkra.

Mapa 4 - Localização dos assentamentos em Tailândia-PA



Fonte: Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica LARC/NUMA/UFPA.

Segundo informações obtidas no Iterpa – Instituto de Terras do Pará, o assentamento PE Borba Gato e PE Pindorama estão aguardando liberação orçamentária (RB auditada pelo INCRA). De acordo com os dados da referida instituição, são no total dezessete assentamentos estaduais que já foram reconhecidos pelo INCRA, no caso os dois de Tailândia já foram reconhecidos, e oito novos PAEX- Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista, ainda não foram reconhecidos pelo Inkra. A Coordenadora da Gerência de Projetos Agrários informou que o Estado do Pará faz a Regularização Fundiária, quem faz a emissão e aplicação dos recursos é o Órgão Federal, e o documento de regularização da terra se chama CCDRU- Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, que no caso dos PEAS (Projeto Estadual de Assentamento Sustentável) tem durabilidade de 10 anos, após esse

período passa a ser Título Definitivo (TD) de Terra. No caso do PEAEX (Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista), sempre será contrato, porque é destinado a ribeirinhos e agroextrativistas. Foi questionado sobre o quantitativo de mulheres nos assentamentos, porém eles não possuem estes dados, o que demonstra para nós, a necessidade de uma melhor estruturação de dados tanto no Incra, como no Iterpa, no que se refere ao quantitativo de mulheres nas terras, com quantitativo por idade, assim como as beneficiárias de programas assistenciais e de financiamento, como forma de fornecimento de dados para criação de políticas públicas e também para estudos científicos, para melhoramento da qualidade de vida das mulheres no campo.

Segue abaixo as Tabelas 5 e 6, com dados dos assentamentos conforme dados fornecidos pelo do Iterpa em janeiro de 2018:

Tabela 5 - Novos Assentamentos para reconhecimento do Incra:

Nº	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	Nº PROCESSO	Nº. DE FAMÍLIAS	ÁREA (HA)
1	Prainha	PEAEX Vila Nova	2007/420858 e 2008/236423	52	19539,2979
2	Abaetetuba	PEAEX Cataiandeua	2008/215337	105	391,7124
3	Portel	PEAEX Acangatá	2014/449100	306	62585,1277
4	Portel	PEAEX Assimpex	2015/105340	52	18040,0098
5	Rondon do Pará	PEAS Deus é Fiel	2011/100736	73	3947,0459
6	Eldorado dos Carajás	PEAS Lourival Santana (Ex-Peruano)	2007/475186 e 2010/20415	167	4225,6506
7	Dom Eliseu	PEAS Nova Esperança	2007/449935	18	734,4655
8	Dom Eliseu	PEAS ALTO BONITO	2007/167512	35	1632,1938

Fonte: ITERPA (2018).

Tabela 6 - Assentamentos reconhecidos pelo Incra:

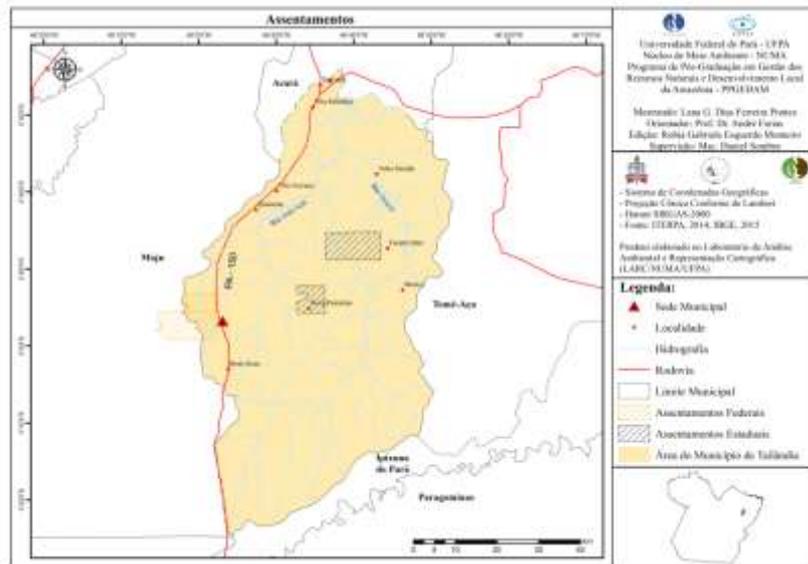
Nº	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	Nº PROCESSO	Nº. DE FAMÍLIAS	ÁREA (HA)
1	Bom Jesus do Tocantins	PEAS Bacabal Grande	2005/201490 - 2007/165305	77	2850,7500
2	Bujaru	PEAS Itabira	2004/235303	25	487,9518
3	Bujaru	PEAS Itapevas	2007/165271	83	2449,1220
4	Bujaru	PEAS Mocajuba	2007/165271	36	639,5562
5	Rondon do Pará	PEAS Campo Dourado	2007/165298 e 2005/121962	77	3725,2579
6	Santarém	PEAS Repartimento	2009/63198	33	8072,2794
7	Tailândia	PEAS Borba Gato	2007/164041	126	8510,5060

8	Tailândia	PEAS Pindorama	2007/167529 e 2007/164036	48	3096,5764
9	Gurupá	PEAEX Camutá do Pucuruí	2005/281967 2003/326499	18	17852,8331
10	Juruti	PEAEX Prudente e Monte Sinai	2008/18583	51	5646,1768
11	Juruti	PEAEX Curumucuri	2008/72158	1.762	123331,1133
12	Oriximiná	PEAEX Sapucaá- Trombetas	2007/273005	811	67749,2768
13	Porto de Moz	PEAEX Majari I	2007/301418 2007/238908 e 2007/338980	85	38781,2386
14	Prainha	PEAEX Vila Nova	2007/420858 e 2008/236423	52	19539,2979
15	Santarém	PEAEX Mariazinha- Aracati	2009/317338	22	10317,0035
16	Santarém	PEAEX Aruã	2008/561286	36	23. 632,0409
17	Santarém	PEAEX Vista Alegre	2009/63312	33	

Fonte: ITERPA (2018)

A seguir, o Mapa 5 ilustra a distribuição dos assentamentos no município de Tailândia- PA.

Mapa 5 - Distribuição dos assentamentos em Tailândia- PA



Fonte: Laboratório de Análise ambiental e representação cartográfica LARC/NUMA/UFPA.

4.4 Acerca das Entrevistas em Tailândia

Entrevistamos duas mulheres que não trabalham com o dendê e que são associadas ao sindicato dos trabalhadores rurais, duas mulheres que trabalham com a dendeicultura, auxiliando seus companheiros e que não tem contrato com as empresas, com as quais foram

realizadas entrevistas individuais estruturadas e semiestruturadas para coleta das narrativas. De forma complementar foram coletados dados por meio de conversas informais e observação direta para análise e interpretação da realidade local, no período de dezembro de 2018.

Em pesquisa realizada no município de Tailândia entramos em contato com a Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura e Secretaria de meio ambiente do município, porém só obtivemos sucesso no contato com a secretaria de meio ambiente, na qual fomos direcionados para entrevistar o Diretor de Meio Ambiente o qual concedeu entrevista via questionário por e-mail, os demais não nos atenderam nem pessoalmente e nem por e-mail e telefone, no período de novembro a dezembro de 2018.

Em Belém fomos direcionados pela Fetagri, no momento da visita a esta instituição em setembro de 2018, para entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tailândia, este direcionou duas agricultoras para concederem entrevista e nos acompanharem nos assentamentos rurais e comunidades rurais, uma delas era presidente da associação de trabalhadores rurais do assentamento Borba Gato e outra do Pindorama e também desempenham atividades no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tailândia.

Fizemos contato por telefone, pessoalmente e via e-mail com as Empresas Agropalma e Belém Bio Energia, porém não conseguimos ser atendidos para realização de entrevista, na Agropalma conseguimos contato com a gerente de recursos humanos por e-mail, enviamos o questionário, porém não recebemos resposta.

A Secretaria de Meio Ambiente e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tailândia não possuem em seus registros a informação de quantos agricultores trabalham de carteira assinada para as empresas de beneficiamento de dendê, nem dados do quantitativos de mulheres e homens que trabalhem direta ou indiretamente na cadeia da palma, assim como não tem o quantitativo de agricultores que são beneficiados pelo Pronaf.

Em visita a Emater em Belém do Pará em setembro de 2018, também não conseguimos estes dados referentes ao Pronaf e as informações sobre cursos de assistência técnica, voltados para as agricultoras de Tailândia que trabalhem no dendê ou não, também não constam na base de dados desta instituição, para este município. Segundo informações do diretor do departamento de Assistência Técnica Rural, para que seja realizada uma formação para as agricultoras do município, é necessário que haja uma demanda, ou seja, que elas enviem um ofício, solicitando a formação.

Ao conversar com as agricultoras do Borba Gato e Pindorama no STTR¹⁴ sobre a realização de cursos de assistência técnica rural, estas informaram que ainda não fizeram estes cursos, e que não tem conhecimento dos agricultores e agricultoras da região terem participado destes. Perguntei se o sindicato realiza alguma parceria para oferta de cursos aos agricultores e as duas agricultoras informaram que apenas cursos de artesanato e palestras sobre direitos das agricultoras em parceria com a Fetagri, nos mostrando que esta pode ser uma iniciativa do sindicato, em busca de apoiar o aprimoramento técnico, profissional e educacional dos agricultores.

Segundo dados da Secretaria de meio ambiente existem aproximadamente 300 agricultores trabalhando em regime de contrato na dendeicultura e no momento esta não desenvolve nenhum tipo de trabalho voltado às agricultoras, no que se refere à formação profissional, ambiental, oficinas, cursos, palestras voltadas para estas. O Diretor de Meio Ambiente informou que estes são responsabilidade das empresas, porém não conseguimos respostas das mesmas.

A Secretaria de Meio Ambiente desenvolve ações mais voltadas para a regularização de propriedades, com emissão de limpeza de áreas e licenças de atividades rurais, bem como monitoramento de uso de defensivos agrícolas e monitoramento de afluentes. Com relação a atividade da dendeicultura a secretaria atua apenas na Liberação de LAR- Licença de Atividade Rural, emissão de autorizações para limpeza da área, licença de operação das empresas e monitoramento de controles ambientais. O município possui atualmente 85% de sua cobertura com CAR- Cadastro Ambiental Rural, segundo informações do diretor de meio ambiente.

A fiscalização das empresas de beneficiamento do Dendê são realizadas anualmente ou quando são feitas denúncias, com relação a utilização de agrotóxicos o diretor de meio ambiente informa que é feita a verificação de qual produto esta sendo utilizado para não prejudicar o meio ambiente e os moradores do entorno nas áreas de plantio, assim como o monitoramento das bacias hidrográficas do entorno. A gestão municipal é a favor da dendeicultura, pelo fato de esta gerar emprego e renda para o município, assim como manter o acesso de colonos nas áreas do entorno dos plantios da monocultura, movimentando a economia da região, mas com relação ao aspecto relacionado aos impactos ao meio natural o Diretor não respondeu.

¹⁴ Sindicato do Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tailândia.

O Diretor afirma que para que as leis ambientais sejam cumpridas e respeitadas é necessário um acompanhamento e monitoramento permanente da secretaria de meio ambiente, ao perguntarmos por que este não estava sendo realizado com mais eficácia, foi colocada a dificuldade com relação à quantidade de servidores na equipe técnica, carência de recursos e infraestrutura para atender a dimensão do município.

Podemos perceber o padrão de desenvolvimento do governo local atrelado aos grandes projetos, nas palavras do diretor de meio ambiente que vai, na contramão do pequeno produtor e das agricultoras especificamente, um perfil de gestão que não dialoga com o desenvolvimento sustentável do município, o qual conceba um processo de descentralização das atividades produtivas, impulsionando, como nos diz Rocha (2013) o local a potencializar seus recursos naturais, sociais e culturais como estratégia de desenvolvimento sustentável. O que constatamos é o Estado se colocando serviço do grande capital, dando continuidade ao velho padrão de desenvolvimento para a Amazônia, atrelado aos grandes projetos, neste caso a agroindústria da dendeicultura.

Quando o Diretor de meio ambiente se manifesta a favor da dendeicultura no município, alegando que esta gera emprego e renda e traz desenvolvimento para Tailândia, percebemos o discurso desenvolvimentista do Estado, que tenta incorporar aspectos de natureza tecnológica, mercadológica sob a falácia de geração de emprego e renda nas regiões mais pobres do país, quando na realidade o que encontramos são agricultoras trabalhando em condições precárias, acumulando atividades com a inserção da dendeicultura em seu cotidiano, encontramos famílias passando por uma série de dificuldades, tais como nutrição, perdas de suas terras, exploração de sua mão-de-obra e falta de assistência do estado no que se refere a saúde, educação, transporte, saneamento e garantia de seus direitos trabalhistas.

Em conversa com as agricultoras rurais do sindicato de trabalhadores rurais e que ocupam cargos neste, podemos observar a condição em que as agricultoras e suas famílias se encontram no que se refere ao perfil da atual gestão municipal. Estas nos relatam que a atual gestão não está aberta para o diálogo com as agricultoras e agricultores e que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher este inativo e que estas a procuraram a prefeitura para reativar este, porém não conseguem ser atendidas. Comprovando o perfil de gestão centralizador e que não dialoga com os moradores locais, para ouvir suas reivindicações e necessidades.

A entrevistada A, de 26 anos de idade, trabalha no sindicato na secretaria de jovens e formação, é casada com dois filhos, mora em propriedade da família, que está na posse de seu

esposo. A família vive da piscicultura e da agricultura familiar e no momento da entrevista, estava envolvida na construção de brindes para a formação em artesanato para as agricultoras, cujo objetivo é *levar conhecimento para as mulheres não só com relação ao artesanato, como forma de diversificar a geração de renda, mas também de compartilhar com elas os seus direitos e também assuntos da política, pois a nossa vida é uma política*, destacando em suas palavras a importância da participação ativa das mulheres, em saber sobre a administração do dinheiro público, em que os recursos estão sendo aplicados, para não viver sem saber, *por isso que o sindicato trabalha para fazer chegar nas agricultoras esse conhecimento, para que as agricultoras consigam compreender os seus direitos e perceber as coisas que estão erradas*. A agricultora deu o exemplo do transporte escolar, que segundo a mesma passa mais tempo quebrado do que funcionando para atender as crianças. As que moram nos assentamentos, mais distantes, como o Borba Gato, onde a agricultora reside, acordam 3 três horas da manhã para pegar ônibus escolar e chegam de volta em casa em torno de seis horas da tarde para almoçar, *é uma vida muito sofrida para essas crianças e essas famílias*.

A agricultora destaca um ponto interessante no que se refere a este trabalho que o sindicato vem fazendo em parceria com a Fetagri-PA e sem o apoio de nenhuma instituição pública governamental e privada, com relação ao interesse das agricultoras em conhecer mais de seus direitos, de buscarem unir forças por uma melhoria das condições de vida, algumas ainda acreditam que estas ações não levam a nenhuma mudança *e que é coisa de desocupados*. Desabafa sobre a dificuldade em unir as mulheres trabalhadoras rurais em prol de seus direitos.

A entrevistada B, de 41 anos, tem 4 filhos e vive a três anos com seu companheiro, que não é o pai de seus filhos. Ela nos diz que pelo fato de ela ser agricultora, viver trabalhando no *debaixo do sol quente na lavoura, mesmo assim ela quer ver seus filhos formados, doutores, não quer que eles sofram que nem ela para ganhar o sustento*. Esta senhora nasceu no Espírito Santo, mas já reside a trinta anos em Tailândia. Ela veio de sua terra natal para o município com seus pais que eram *Boia Fria*, ela nos relata que a mãe dela sempre trabalhou na roça e que ela auxiliava sua mãe na lida no campo desde pequena. A propriedade que ela mora está no nome dela. Mesmo os filhos dela estando criados, ela diz que seus filhos dizem para ela parar de trabalhar na lida do campo, mas a mesma diz que gosta da terra, gosta de estar na roça e sossegada e a lida no campo para manter a família proporciona isso.

Perguntamos se essa produção em sua terra era apenas para subsistência da família ou se ela vendia. Então a entrevistada B nos informou que quando eles ficavam sem recursos para comprar algo que estivessem com necessidade, ela vendia uma parte da produção, que geralmente é abacaxi, castanha de caju e maracujá. Ela nos informa que existe uma feira do pequeno agricultor aos sábados mas que não é negócio vender para a cooperativa e deu o exemplo do preço do abacaxi que elas vendem por R\$1,00 (um real) de maneira independente e para a cooperativa elas obtêm apenas R\$0,50 (cinquenta centavos) de lucro, não sendo vantagem pois não tem muita procura na feira do agricultor e ressalta que no governo anterior as escolas compravam os produtos da feira do agricultor para a merenda escolar e que atualmente não há mais esse incentivo por parte da administração municipal atual, dificultando cada vez mais a vida do pequeno produtor.

A entrevistada B, nos relata de suas atividades diárias *que é a última que deita e a primeira que se levanta, para dar comida aos bicos, cuidar das plantas, da casa, da comida, da louça, das roupas*. Confirmando aqui nestas palavras a dupla jornada de trabalho da mulher e para aquelas que têm filhos pequenos ou que cuida de idosos e deficientes, tripla jornada. Ela afirma ser contra o plantio do dendê, explicando com as seguintes palavras:

O Plantio do dendê acaba com o agricultor, aquele que realmente quer a terra para plantar e colher, tem uns que querem para explorar, porque o dendê é para os latifundiários. Quem planta dendê não pode plantar outra coisa e quem planta no lado de quem planta dendê tem sua terra contaminada pela situação de veneno e das pragas. As empresas e o governo incentivam os agricultores a plantar, para depois tomarem a terra deles. O povo ainda não acordou para isso. Na minha visão o que ta faltando para esses agricultores é conhecimento, para eles perceberem que estão sendo escravos deles mesmos. O Plantador de dendê só pode vender para a empresa e no preço que eles querem.

A Entrevistada B, nos diz que faz parte do Conselho da Saúde e do Conselho dos Direitos da Mulher e que este, esta inativo, sem atuação nenhuma, segundo informações desta, o gestor municipal já deixou bem claro por meio de suas atitudes *que não esta nem aí para as mulheres de Tailândia e muito menos para as que são agricultoras*, o conselho não funciona pois não tem apoio, perdeu a voz nesta gestão. A agricultora nos diz que o sindicato continua na luta, fazendo o que está podendo fazer no momento que são essas formações, com objetivo na melhoria de vida para as agricultoras. No caso do dendê estas não tem procurado o sindicato para esclarecimentos com relação aos financiamentos junto ao banco, preferem ficar nas mãos dos bancários que facilitam de toda a forma para que o financiamento seja aprovado para a produção do dendê, mencionou sobre a questão da manipulação com relação ao CAR, dando o seguinte exemplo:

Se um agricultor possui uma terra com 1 alqueire na hora de cadastro no CAR, informa-se que esta terra é de 3 alqueires para que seja aprovado o financiamento de dendê. O agricultor desta forma tem que dar uma parte do valor do financiamento para o técnico da secretaria de meio ambiente e outra parte para o funcionário do banco, para que o financiamento seja aprovado. No final das contas o agricultor só fica com as cascas dos ovos, pois os ovos mesmo sumiram, e com a dívida para pagar. O que mais me dói é que temos um sindicato dos trabalhadores para esclarecer e lutar pelos nossos direitos e porque que esses agricultores e agricultoras procuram o banco para se aliar? Mas quando a bucha aperta eles correm pra cá pra querer resolver, mas aí pouco já podemos fazer. O sindicato não está para enganar e sim para esclarecer e auxiliar.

Estas palavras da Agricultora nos trazem a seguinte reflexão que diz respeito às necessidades que estas frentes de grandes projetos trazem para o pequeno agricultor e a questão da corrupção infiltrada nas instituições governamentais e bancárias a favor da implantação e fortalecimento destas empresas no local e em detrimento da degradação socioambiental. Estas palavras sobre o cadastro do CAR, divergem dos relatos do diretor de meio ambiente.

Percebemos com clareza as polaridades de poder (Little, 2006) envolvidas na agroindústria do dendê, de um lado as empresas e o estado unindo esforços para implantação e fortalecimento da monocultura no município e de outro lado as agricultoras e agricultores, que se encontram desarticulados, no que se refere ao movimento social. Por exemplo, foi detectado em campo, que no município não existe nenhuma associação de agricultoras, na entrevista da agricultora B, esta nos relata da dificuldade em reunir as mulheres para participarem das formações no sindicato, assim como os agricultores e agricultoras que trabalham no dendê, não são filiados do STTR, fazem parte de um outro sindicato que não tem sua sede em Tailândia, dificultando assim a luta dos trabalhadores e trabalhadoras pelos seus direitos, tornando-os cada vez mais invisibilizados perante o governo local, estadual, nacional e também para geração de políticas públicas em prol do atendimento de suas necessidades.

Cada comunidade e assentamento rural possui uma associação de agricultores, no qual se tem um presidente e uma vice-presidente, *algumas são representações corruptas que não lutam pelo direito dos agricultores e outras são representações sérias* (Entrevistada B). Pela associação é que se sabe o que o agricultor quer de melhoria, mas nem todas se unem ao sindicato, as que não se unem, segundo a entrevistada B, porque querem obter vantagem sobre o agricultor. Ela é presidente da Associação de Agricultores Nova Dimensão e que é filiada ao sindicato, no sindicato ela é representante da Secretaria de Mulheres.

A agricultora fala que nesta gestão as portas estão fechadas para o sindicato, no sentido de parcerias, assim como participação nos momentos de decisão aos interesses dos agricultores e agricultoras, esta informa que na gestão anterior que era do Partido dos Trabalhadores, existia uma aproximação maior com o sindicato e com os agricultores de maneira geral. Atualmente as agricultoras A e B dizem que a secretaria de agricultura se acabou, esta inoperante, na gestão passada havia um trabalho direto com as agricultoras e agricultores, havia distribuição de mudas para plantio dos agricultores, havia um incentivo e apoio a agricultura familiar que já não se observa mais nesta gestão, *onde a vida esta cada dia mais difícil para nós* (Agricultora A).

Em entrevista com Agricultora C da comunidade Chumbo grosso, de 38 anos de idade, esta informa que lá são aproximadamente 400 famílias e que estas fazem sua roça, cada família em suas terras, esta informa que na comunidade ainda não existe luz elétrica, que é muito distante do centro urbano e também faz referência a dificuldade com relação ao transporte escolar para as crianças, que precisam acordar muito cedo para ir a escola, que as vezes o transporte nem vem e que quando vem as crianças voltam muito tarde para casa para almoçar e que na maioria das vezes não tem merenda escolar, que as professoras fazem coleta para comprar merenda para os alunos, mas nem sempre elas tem dinheiro.

O mais interessante nas palavras das três agricultoras é com relação a associação de mulheres nas comunidades e assentamentos serem inexistentes, as vezes as mulheres se reúnem mas ainda informalmente, demonstrando aqui a necessidade das mulheres se reunirem de maneira mais organizada para diagnóstico de suas realidades enquanto agricultoras, mães, trabalhadoras da terra e a partir disso fazerem a pontuação de suas necessidades de melhorias em suas vidas e de suas famílias para luta e alcance de seus direitos, ou seja, atendimento de suas necessidades.

Sobre o financiamento comunitário a entrevistada B, nos diz que não concorda:

Se dez agricultores participam do financiamento, somente 5 tem o compromisso de pagar e os outros cinco, correm fora da responsabilidade e não é justo apenas cinco pagarem pelo benefício. Por isso melhor o financiamento por famílias, mas tem que ter um esclarecimento maior sobre isso. O Agricultor tem que saber e querer saber de seus direitos e dos prós e contras do negócio, para avaliar se tem condições de pagar o financiamento.

Com relação a quantidade a de agricultores sócios do STTR, o presidente do sindicato nos informou que são aproximadamente 4000 entre quites e não quites, com relação a cursos e oficinas o sindicato promove de duas a até três vezes no ano, cursos e oficinas de artesanato para as mulheres, com relação a parcerias para cursos, palestras com as secretarias

institucionais do governo não existe nenhum diálogo ou parceria. Outra informação curiosa é que o sindicato não possui em sua base de dados a quantidade de agricultoras existentes no município e quantas são sócias do STTR, o sindicato não possui esta informação por gênero, assim como nas outras instituições visitadas em Belém e Tailândia, o que inviabiliza ainda mais as mulheres para criação de políticas públicas por exemplo, o registro desses quantitativos e informações de gênero nas instituições públicas, se faz necessário, haja visto a quantidade considerável de pesquisas que vem sendo realizadas, a necessidade destas informações para formalização de demandas para realização de cursos, formações, palestras e também para atendimento de necessidades como: escolas, postos de saúde e outros. Podemos perceber neste estudo, a invisibilidade da Mulher na sociedade, institucionalizada desde a estrutura de administrativa de Estado, assim como nas demais instituições da sociedade civil e em última instância nas atividades cotidianas. Como atender as necessidades de quem não se vê? Há que se transformar este cenário, por dias melhores para todos.

O sindicato também não possui em seu banco de dados o quantitativo de mulheres que trabalham na dendeicultura, outro dado importante para ter em seus registros.

O presidente do sindicato não se posicionou a favor do agronegócio do dendê, pois não acredita que esta forma de produção e trabalho auxilie de fato no desenvolvimento do município e das agricultoras, pois considera o trabalho na dendeicultura, uma reprodução do trabalho escravo, no qual os agricultoras trabalham sem condições de segurança, recebem pouco pelo que produzem, não tem a oportunidade de negociar preço do produto, a empresa quem define a tabela de preços, quantidade e no final de tudo ainda ficam endividados e sem suas terras. Contudo os agricultores e agricultoras que decidem participar da cadeia do dendê, fazem sem consultar o sindicato sobre os prós e contras do dendê, só procuram o sindicato, quando não há mais quase nada o que se fazer, sendo esta uma grande dificuldade na relação entre sindicato e agricultores, no que se refere ao fortalecimento dos interesses das trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Com relação às agricultoras que estão inseridas na cadeia da palma de óleo, mas não trabalham diretamente nas empresas e seus maridos são beneficiários do Pronaf, as duas são da comunidade Chumbo Grosso. Ao visitarmos a propriedade observamos alguns galões de agrotóxicos distribuídos no meio do convívio da família, em uma das terras havia um trator, um carro modelo saveiro, demonstrando o investimento feito pela família com os recursos do Pronaf. A Agricultora C, casada, dois filhos e com 56 anos, nos informou que trabalham na roça do dendê o marido, os dois filhos, um de 16 anos e outro de 14 anos e ela. O marido em conversa relatou inicialmente que gosta do dendê, que ele traz muitos benefícios para a vida

deles e que não tinha o que reclamar, mais para a frente da conversa, quando já estava mais a vontade e menos apreensivo, este revelou que não concordava com a forma que a empresa definia o preço e que também percebia uma diferença no momento da pesagem do dendê:

Primeiro vem um técnico da empresa aqui na terra e verifica a quantidade de cachos de dendê para compra e quanto aproximadamente será o peso para venda. No dia que o caminhão passa e pesa o dendê da uma quantidade e quando chega lá na empresa dá menos. Daí todo tempo agente sai perdendo, quando tentamos conversar com alguém lá sobre isso, eles tratam agente na maior ignorância e dizem que o peso é esse e pronto, se nós quisermos vender. Nós temos que vender, então vendemos, mas isso não está certo não.

A Agricultora C, nos informa que não gosta desse trabalho do dendê, que ela acha uma lida muito sacrificante para ela e toda a família, que o marido vive muito cansado e ela também, que preferia plantar as mandiocas e outras culturas e alimentar sua família, o que sobrava vender na estrada e na feira do que ficar escrava desses empresários. *Nós ganhamos uma média de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), o retorno não compensa o desgaste, somos escravos deles, perdemos nossa liberdade.* Que quando eles procuram os direitos deles não recebem retorno nem do governo e nem do sindicato, que estão sendo roubados dessas empresas, a agricultora nos diz que eles não escolhem mais o que plantar, o que vender, agora é o que dá para plantar, a lida do dendê exige muito da família.

Com relação ao grau de instrução as duas agricultoras que trabalham no STTR e não estão inseridas na cadeia da palma de óleo, tem o fundamental menor completo e não estão estudando atualmente. As duas agricultoras que trabalham na cadeia da palma, auxiliando seus maridos, elas têm o fundamental incompleto, não estudam atualmente e nem tampouco fizeram algum tipo de curso para trabalhar na lavoura do dendê. Sempre trabalharam com agricultura e tem esta como principal ocupação delas, além das atividades domésticas, com os filhos e com o plantio e criação de bichos da família para alimentação e venda. Recebem uma base de R\$1.500,00 com o dendê no período da safra, para sustentar família em média de quatro pessoas. As agricultoras C e D, suas famílias vivem do dendê e do plantio de alimentos e criação de bichos para subsistência e venda, quando há necessidade e quando há sobra, segundo relatos das agricultoras. Com relação as atividades domésticas elas não têm apoio do marido e nem dos filhos que são todos homens.

Antes da Chegada do dendê, a entrevistada D, de 45 anos, casada, três filhos um de 12, 19 e outro de 10 anos relata que a família vivia da criação de porcos, patos, galinhas, plantio de frutas, plantas para consumo da família e venda na feira. Que não vivia tão cansada, que tinham mais tempo para conversar, ficarem juntos em família.

Antes do dendê tinham meses que ganhavam mais, outros menos, dava para viver. Tinham meses que ganhavam a metade do que ganham na venda do dendê e em outros tiravam até mais, *depois do dendê a vida aqui ficou mais corrida, mais difícil*. A agricultora lamenta o governo não incentivar o pequeno produtor.

As duas agricultoras, C e D, moram em propriedade própria com suas famílias, às propriedades estão no nome de seus companheiros. As casas são simples de madeira, possuem televisão, geladeira, fogão. As duas famílias ficaram sabendo sobre o programa de incentivo ao dendê pela Secretaria Municipal de Meio ambiente, cujo técnico veio até a comunidade apresentar a proposta para os agricultores.

O dinheiro do dendê é aplicado em melhorias para a casa, por exemplo compra de eletrodomésticos, carro, bicicleta, alimento, pois o que antes do dendê se plantava o que se comia, atualmente se compra, pois não tem tempo e espaço suficiente para plantar na terra, tudo o que se come.

As entrevistadas C e D relatam que com relação ao dinheiro até melhorou um pouco, mas não recebem o preço justo pela produção, a empresa rouba eles na pesagem do dendê, mas que por outro lado elas viviam com mais tranquilidade e que agora elas se sentem de mãos atadas se poder mudar a história e com uma dívida imensa para pagar.

Não há escolas próximas a comunidade Pindorama, nem escola rural, nem creche, as escolas que tem no município ficam muito longe da comunidade, sendo muito sacrificante para as crianças, considerando a distância e a péssima qualidade do transporte escolar segundo as agricultoras. Outra dificuldade relatada pelas trabalhadoras rurais, é com relação a inexistência de postos de saúde próximo a zona rural. *O agente de saúde passa uma vez a cada ano e nem examina agente direito*, segundo a entrevistada D.

Quando perguntamos com relação ao que a prefeitura poderia fazer para melhorar as condições de trabalho e vida das agricultoras estas informaram o seguinte:

Eles podiam fazer a feira do pequeno produtor voltar a funcionar e fazer as escolas comprarem o que nós plantamos, teve um tempo que era assim e que foi bom para todos os agricultores, homens e mulheres.

Eles podiam fazer que as empresas pagassem o peso do dendê direitinho.

Quando perguntadas sobre a transformação do seu trabalho no decorrer dos anos e a importância deste elas informaram que:

Meu trabalho é muito importante, porque eu ajudo na renda mensal da minha família, cuidando da roça, dos bichos, da casa, dos filhos enquanto meu marido vai pra Tailândia trabalhar. Plantar dendê pra quê, se ele não traz benefício da segurança alimentar, nós queremos plantar o que nós podemos comer, o que alimente nossos filhos. Eu sou a primeira que acorda e a última que dorme.

Meu trabalho é bem importante para o sustento de minha família, pois da lida na roça retiro o alimento de minha família, além do abacaxi, maracujá para venda na feira em Tailândia, auxiliando meu marido no sustento da casa, eu sou a principal responsável pelo trabalho na roça, pois meu marido trabalha em Tailândia. Eu levo as crianças pra roça comigo e outras vezes eu vou sozinha mesmo.

Meu trabalho é importante sim, eu ajudo meu marido na lida com o dendê, cuido da comida, dos meninos, da casa e ainda planto e cuido dos bichos para o nosso sustento e para nosso comer. Se não fosse eu ajudar ele, ele não dava conta sozinho não. Quem ia fazer a comida, plantar e cuidar dos filhos e dos bichos? Nós mulheres temos que ser mais valorizadas, ter escolas aqui perto para nossos filhos estudarem, serem doutores, posto de saúde aqui perto da comunidade. Não quero que eles sofram que nem eu.

Em conversa com as agricultoras sobre a importância de plantar o alimento da família e a proposta de trabalho assalariado com as empresas de dendê ou de plantio de dendê para a venda podemos observar as mulheres reconhecendo sobre a importância de cultivar o alimento, pois se não plantarem terão que comprar:

Se a terra dá para nós a condição de plantar o que nós come, porque comprar o alimento? mesmo que a plantação de alimento não traga lucro, mas é necessária para nos alimentarmos. Dinheiro é bom, mas não pode destruir nossas terras, nossos rios, nossa saúde. O dendê acaba com tudo, de pouco em pouco, tira nossa liberdade. Agroecologia é vida, Agronegócio é morte.

Dessa forma, a chegada da agroindústria do dendê em Tailândia, representa uma mudança na rotina diária de trabalho da mulher rural, teoricamente, novas possibilidades de trabalho, para além das atividades, ditas femininas - de cuidado: cuidar da casa, dos filhos, do alimento, dos idosos, da horta familiar. É notório o aumento da jornada de trabalho, a falácia do incremento da composição da renda, é apenas um discurso para implantação da agroindústria, mas o que observamos na realidade é o que diz Nahum (2016), o que acontece por meio dos *grandes projetos é a reprodução do capital na Amazônia*, ocasionando a reprodução do trabalho escravo, as mulheres não ganham autonomia, na verdade perdem sua liberdade, por meio da cadeia da palma de óleo e seu trabalho torna-se cada vez mais invisibilizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi de extrema importância para elucidar e tornar mais clara minha tarefa enquanto pesquisadora, educadora, Gestora de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Na medida em que tivemos contato com a realidade das agricultoras no município de Tailândia e no qual foi possível observar o modelo de desenvolvimento proposto por meio dos grandes projetos, neste caso, a agroindústria do dendê e como este padrão de desenvolvimento não dialoga com o desenvolvimento local, sendo uma proposta trazida de fora para o município, que não considera as potencialidades econômicas da população, não fortalece a democracia e a participação social, nem as questões ambientais relacionadas aos recursos naturais, no sentido dos impactos socioambientais causados pela monocultura.

O trabalho feminino, conseqüentemente, encontra-se em permanente mudança. Antes da chegada da dendeicultura no município, as mulheres trabalhavam em casa, cuidando dos filhos, dos idosos, do preparo do alimento e também do cultivo de alimentos na horta da família. Ou seja, trabalhava-se para atender uma necessidade de alimentação da família. Com a chegada da dendeicultura, das agroindústrias em Tailândia, houve uma mudança neste trabalho, no qual existe uma meta de produção a ser atendida, a qual exige o trabalho de todos os membros da família, inclusive das mulheres e crianças.

Com isso há um aumento da jornada de trabalho da mulher, que agora trabalha na lavoura do dendê, na horta familiar e nas atividades domésticas. Nesse contexto, trabalha-se para atender uma demanda de produção das agroindústrias e não mais por uma necessidade de consumo da família.

Outra questão é com relação à invisibilidade desse trabalho da mulher, ou seja, as atividades de cuidado e na horta familiar não são consideradas como trabalho produtivo na lógica do mercado, porém o trabalho acontece e sustenta a vida de muitas famílias, assim como, sustenta o trabalho considerado produtivo, sendo necessário o olhar da gestão local para este trabalho, no sentido de dar o suporte necessário para que estas mulheres desenvolvam suas atividades, recebendo o suporte de serviços necessários, tais como serviços de saúde, transporte, iluminação pública, creche e escolas no campo para seus filhos e incentivo à produção da agricultura familiar.

Para nós, diante dos resultados da pesquisa de campo, fica a compreensão de que não é prioridade do governo estadual e local, assim como do sindicato, dar visibilidade a jornada de trabalho da mulher em casa, com a família e com a agricultura de sustento familiar, sendo

este um aspecto que dificulta a criação de políticas públicas que realmente atendam as necessidades das mulheres, no sentido da melhoria da condição de vida. Podemos observar este fato, no que se refere ao registro de informações pertinentes as mulheres na diversas instituições visitadas no decorrer deste estudo, nas quais não conseguimos obter informações com relação a quantidade de mulheres: que possuem a posse da terra, que são beneficiadas pelo pronaf, que são sindicalizadas, por faixa etária, por grau de escolaridade, que são assalariadas, que são autônomas, que vivem uma relação estável e etc.

As reflexões aqui tecidas nesta dissertação, partem das vivências com as agricultoras dos assentamentos Borba Gato, Pindorama e Chumbo Grosso, durante a pesquisa de campo. Dentre as agricultoras entrevistadas, algumas desenvolvem atividades no sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nas conversas com todas elas, três pontos nos chamaram a atenção e que estão diretamente relacionados ao trabalho das mulheres, com a garantia de seus direitos e de sua autonomia, que são os seguintes: *a invisibilidade do trabalho da mulher, a ausência de organização das agricultoras de Tailândia em associação de mulheres e a falta de diálogo com a gestão atual.*

Esses três pontos impactam diretamente no trabalho das mulheres rurais. Se a jornada de trabalho da mulher é invisibilizada, como estas irão conseguir remuneração adequada e garantia de seus direitos trabalhistas? É necessário dar visibilidade a este trabalho, mas para isso é necessário que as mulheres se unam para a criação de uma Associação de Agricultoras de Tailândia, como forma de fortalecer o poder de barganha de mulheres na luta pelos seus direitos, a ativação do Conselho Municipal de Direito das Mulheres, órgão deliberador de política para mulheres e a criação de uma rede de comunicação de mulheres, aproximando-as cada vez mais das discussões do governo, trazendo demandas com relação ao trabalho e condições de vida destas e de suas famílias, em prol de melhores condições de vida e trabalho. Estas proposições, estão detalhadas na Cartilha “ Tecendo o fortalecimento, autonomia e a rede de mulheres rurais em Tailândia-PA”, na qual esclarecemos algumas diretrizes para a criação da Associação, ativação do conselho e fortalecimento da rede, como soluções que facilitaram a organização das agriculturas em busca do atendimento de suas necessidades, de fazer valer seus direitos por dias menos desiguais.

Esta pesquisa se propôs a analisar o trabalho da mulher na dendeicultura no município de Tailândia-PA, nesse sentido alguns aspectos significativos e complexos se destacaram na busca de compreender o contexto do trabalho feminino. Dentre eles a questão da liberdade, ou autonomia relacionada ao trabalho. A perspectiva de liberdade não é vista aqui, neste caso do trabalho na dendeicultura, pois à medida que as famílias assumem o compromisso de trabalho

na cadeia da Palma de óleo, gradativamente, perde-se a liberdade, ou seja, mulheres que antes trabalhavam com a agricultura familiar para subsistência de suas famílias, se veem obrigadas a auxiliar seus companheiros na lida do dendê, acumulando responsabilidades, diminuindo o tempo para descanso, lazer, atenção mais direcionada aos filhos e a família, assim como outras atividades. Nesse sentido, percebemos, em campo, um aprisionamento cada vez maior de mulheres e homens na cadeia da palma de óleo, pois agora é preciso trabalhar para pagar a dívida contraída no financiamento, há o risco de perder a posse da terra para pagar, a dívida, assim como o risco de contrair doenças pela manipulação de agrotóxicos, a desnutrição devido o fato de diminuírem cada vez mais o cultivo de alimentos, pois a terra está sendo utilizada para a dendeicultura, o que antes se plantava para comer, agora tem que comprar. Substitui-se o alimento produzido na terra, pelos enlatados e conservas.

Pelos elementos contidos nos depoimentos, vimos no cotidiano das agricultoras que elas enfrentam diversos desafios: mobilizar as mulheres para se unirem em associação de mulheres, a ativação do conselho de direitos da mulher e fortalecimento da rede de mulheres, os quais são identificados por nós como os principais, assim como, por meio destes dois órgãos, buscar garantir a visibilidade estatística, das mulheres do campo, no sentido de as instituições terem registros dos quantitativos de mulheres, em suas respectivas condições de trabalho e sociais. Assumir a militância no cotidiano para buscar resolver os problemas, para buscar um diálogo com as instituições públicas e privadas, buscar parcerias para formações técnicas-profissionalizantes, conseguir serviços de saúde, educação, transporte, saneamento e condições dignas e gradativamente menos desiguais de trabalho, para as agricultoras e suas comunidades, são algumas necessidades percebidas e que podem ser atendidas desde que participem organizadamente na luta pelos seus direitos.

Para uma nova agenda de pesquisa, nós propomos o aprofundamento, no estudo, quanto aos movimentos sociais de mulheres na luta pelos seus direitos, no potencial que as organizações de mulheres possuem no que se refere à construção de políticas públicas e na participação ativa nas diversas instituições e no desenvolvimento local de seus domicílios.

BIBLIOGRAFIA

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados? **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791. Acesso em: 12 dez. 2017.

BRAZIL, Care. Sustainable Economies. Disponível em: <https://www.care.org/work/world-hunger/sustainable-economies>. Acesso em: 08 jan. 2019.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CARVALHO, M.T.; LIMA, C.A.F. de M. **Análise da expansão do cultivo do dendê no município de Tailândia-Pará**. UFPA: 2016. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wbH85htjFGMJ:www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php%3Ffile%3D%252F190981%252Fmod_forum%252Fattachment%252F311471%252FARTIGO%2520FINALIZADO.docx+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 12 dez. 2017.

CIOMMO, R.C Di. **Saiba o que é ecofeminismo/Mulheres e a sustentabilidade**. Entrevista ao programa Biosfera da rede Boa Vontade. Abril, 2017.

_____. Relações de Gênero meio ambiente e a teoria da complexidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis. P: 423-443, julho-dezembro, 2003.

HERRERO, Yayo. Miradas ecofeminista para transitar a un mundo justo y sostenible. **Revista de economia crítica**, n.16, 2013.

LITTLE, Paul Elliot. (2006), Ecologia Política como Etnografia: Um Guia Teórico e Metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v o l . 1 2 , n ° 2 5 .

LOUREIRO, Isabel Maria. Democracia e socialismo em Rosa Luxemburgo. **Crítica Marxista**, n. 4. Rio de Janeiro: Revan, 1997. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo234_Isabel.pdf/. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. **Mensagem de Rosa Luxemburgo ao século 21**. Disponível em: <https://rosaluxspba.org/mensagem-de-rosa-luxemburgo-ao-seculo-xxi/>. Acesso em: 04 jan. 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa Luxemburgo: pensamento e ação 100 anos após o seu assassinato**. Disponível em: <https://rosaluxspba.org/rosa-luxemburgo-pensamento-e-acao-100-anos-apos-seu-assassinato/> . Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. Questões de Organização da Social-democracia Russa. in: LUXEMBURGO, Rosa; LÊNIN, Wladimir. **Partidos de Massas ou Partido de Vanguarda**. São Paulo, Nova Stella, 1985.

MONTEIRO, Kátia Fernanda Garcez. **Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará.** Tese (Doutorado em Ciências Agrárias/Agroecossistemas da Amazônia). Universidade Federal Rural da Amazônia/Embrapa, Amazônia Oriental, 2013.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. A dendeicultura na Amazônia paraense. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 281-294, 2016.

NAHUM, João Santos. SANTOS, Cleison Bastos dos. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia Paraense. In: **Acta Geográfica**. Boa Vista. Ed. Esp. Geografia Agrária 2013, p. 63-80.

_____. O boom do dendê na microrregião de Tomé-Açu, na Amazônia paraense. **Confins** [Online], 25 | 2015, Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/10536> ; DOI : 10.4000/confins.10536. Acesso em: 14 jan. 2018.

NARVAZ, M.G; Koller, S.H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando, pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.11, n.3, p.647-654, set/dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Papel das Mulheres para Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/papel-das-mulheres-para-a-agricultura-familiar-e-discutido-em-evento-regional-da-fao/> . Acesso em: 12 dez. 2017.

ROCHA, Gilberto Miranda. Aprendizagem Territorial. In: ROCHA, Gilberto Miranda, SOBRINHO, Mário Vasconcelos, TEISSERENC, Pierre (org.). **Aprendizagem Territorial: Dinâmicas, Participação Social**. 1 ed. Belém: NUMA/UFPA, 2016, p. 9-19.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O Trabalho Feminino no Brasil: Desigualdades de Gênero e Contrastes regionais. In: BACELLAR, Cecília Maria (org). **A Face Feminina do Complexo Mental- Mecânico: Mulheres metalúrgicas no norte e nordeste**. 1 ed. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR: CNM/CUT, 2004, V.01, p. 27-50.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução: Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2013.

SILVA, E.P. da; Magalhães, S.B.; Farias, A.L.A.de. Monocultivo de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense. **Campo- Território: Revista de geografia agrária**. Edição especial, p.165-195, jun.2016.

SLIPRANDI, Emma. **Ecofeminismo: Contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais**. Agroecologia e desenvolvimento sustentável, v.1, n.1, p.61-70, jan./mar.2000.

STREECK, Wolfgang. Como vai acabar o capitalismo? O epílogo de um sistema em desmantelo crônico. In: **Piauí**. n. 97. Outubro, 2014. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-vai-acabar-o-capitalismo/> . Acesso 28 dez. 2018.

SOBRINHO, Mário Vasconcelos. Aprendizagens Territoriais na Amazônia Paraense: O que as experiências nos ensinam? In: ROCHA, Gilberto Miranda, SOBRINHO, Mário Vasconcelos, TEISSERENC, Pierre (org.). **Aprendizagem Territorial: Dinâmicas, Participação Social**. 1 ed. Belém: NUMA/UFPA, 2016, p. 9-19.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo DRP**. Brasília: MDA/ Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

WIEGO - WOMEN IN INFORMAL EMPLOYMENT: GLOBALIZING AND ORGANIZING. Estatísticas acerca do trabalho informal no Brasil. Massachusetts, 2011. Disponível em: <http://www.wiego.org/publications/statistics-informal-employment-brazil>. Acesso em: dez. 2017.

APÊNDICE A



QUESTIONÁRIO EMPRESAS– TRABALHO FEMININO RURAL, DENDÊ

**Projeto: MULHERES, TRABALHO E DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA:
TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS EM TAILÂNDIA – PA.**

I. Município:

Empresa:

II: Nome do(a) entrevistado(a):

Telefone:

1) Quantos agricultores trabalham para a empresa na cultura do dendê?

R=

2) Qual o regime de trabalho destes agricultores? Assalariado de carteira assinada ou contrato de trabalho? Como é feita a remuneração da produção do dendê ou do trabalho?

Detalhe abaixo:

R=

3) Se for de contrato de trabalho, há um período de contratação? Qual?

R=

4) Quantas mulheres trabalham na dendeicultura?

R=.

5) Quantos homens trabalham na dendeicultura?

R=

6) Qual a carga horária diário de trabalho? Há diferença de carga horária para homens e mulheres?

R=

7) Qual o período de trabalho destes agricultores: por exemplo: trabalham só no período da safra ou o trabalho é contínuo? Se há um período específico de trabalho favor faça o detalhamento abaixo, como este trabalho funciona na prática.

R=

8) Os agricultores recebem da empresa algum tipo de benefício? Por exemplo: plano de saúde, vale alimentação, periculosidade...

R=

9) A empresa oferece treinamentos ou cursos para o aprimoramento das atividades dos agricultores na lavoura do dendê?

R=

10) Os agricultores tem direito a férias e décimo terceiro?

R=

11) As terras de cultivo de dendê são da empresa ? se sim, quantos hectares pertencem a empresa?

R=

12) As terras de plantação de dendê são dos agricultores? Como funciona essa produção entre empresa e agricultor?

R=

13) Alguma família mora nas propriedades da empresa? Se sim, quantas?

R=

14) Existe alguma política da empresa voltada para as agricultoras? Se sim, quais?

R=

15) A empresa tem informação de quantos agricultores possuem a posse da terra e que cultivam o dendê?

R=

16) Na sua opinião como da área de recursos humanos da empresa, você percebe uma diferença entre o trabalho do homem e da mulher na lavoura do dendê no que se refere a produtividade?explique.

R=

17) Quais as atividades desenvolvidas pelos agricultores homem e mulher na lavoura do dendê para a empresa?especifique abaixo:

Homem:

Carga horária:

Regime de trabalho:

Atividades desempenhadas:

Mulher:

Carga horária:

Regime de trabalho

Atividades desempenhadas:

18) Qual o destino da produção de dendê? E qual o total da produção da empresa?

R=

19) A empresa tem conhecimento de quantos agricultores são beneficiados pelo Pronaf?

R=

APÊNDICE B



**QUESTIONÁRIO SECRETARIA MUNICIPAL MEIO AMBIENTE –
TRABALHO FEMININO RURAL, DENDÊ**
**Projeto: MULHERES, TRABALHO E DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA:
TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS EM TAILÂNDIA – PA.**

I. Município:

Secretaria

II: Nome do(a) entrevistado(a):

Telefone: _____

Cargo : _____ . **E-**

mail: _____ .

Autorizo a publicação do meu nome como concedente das informações na pesquisa: ()sim () não

Solicita que seja garantido anonimato do concedente das informações na pesquisa: ()sim () não

1) A secretaria sabe quantos agricultores são beneficiados pelo Pronatec?se sim, quantos?

R=

2) A secretaria sabe quantos agricultores trabalham para as empresas de dendê? E qual regime de trabalho, assalariado ou contrato?

R=

3) A secretaria sabe quantos hectares de terra do município de Tailândia estão sendo utilizados para a dendeicultura? Quantos hectares pertencem as empresas (especificar por empresa) e quantos por agricultores?

R=

4) A secretaria desenvolve algum trabalho específico voltado para os agricultores do dendê? Se sim, qual?Explique.

R=.

5) A secretaria desenvolve algum tipo de trabalho voltado para os agricultores de Tailândia?se sim, qual? Exlique.

R=

6) Qual trabalho desenvolvido pela secretaria com relação a cultura do dendê?

R=

7) Quantos hectares de terra possuem CAR? Quantos hectares ainda faltam para regularizar?

R=

8) O que fica na responsabilidade da Secretaria, no que se refere a licenciamentos, autorizações na dendeicultura?

R=

9) Como é feita a fiscalização da secretaria junto as empresas de dendê? com que frequência?

R=

10) É feito algum trabalho pela secretaria com relação ao uso de agrotóxicos? Se sim, qual?

R=

11) Quantas e quais empresas de dendê atuam no município de Tailândia?

R=

12) Na sua opinião a dendeicultura traz desenvolvimento para o município? Porque?

R=

13) Na perspectiva da sustentabilidade ambiental, o agronegócio do dendê é positivo para o desenvolvimento sustentável do município de Tailândia? Porque?

R=

14) Na sua opinião o que a secretaria de meio ambiente poderia fazer para garantia das leis ambientais municipais no município? Se a faz, especifique.

R=

15) Quais ações desenvolvidas pela secretaria na cadeia do dendê? Especifique:

R=

APÊNDICE C



**QUESTIONÁRIO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO –
TRABALHO FEMININO RURAL, DENDÊ
Projeto: MULHERES, TRABALHO E DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA:
TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS EM TAILÂNDIA – PA.**

I. Município:

Secretaria

II: Nome do(a) entrevistado(a):

Telefone: _____

Cargo : _____ . E-

mail: _____ .

Autorizo a publicação do meu nome como concedente das informações na pesquisa: ()sim () não

Solicita que seja garantido anonimato do concedente das informações na pesquisa: ()sim ()não

1) A secretaria possui escolas rurais? Se sim, quantas? Se não, porque? Faz parte do planejamento da secretaria construir escolas rurais? Para quando a previsão?

R=

2) A secretaria sabe quantos agricultores estudam na rede municipal de ensino? Se não, porque?

R=

3) A secretaria sabe quantos filhos de agricultores estudam na rede municipal de ensino?se não, porque?

R=

4) A secretaria possui quantas escolas municipais? Quantas escolas são próximas das áreas rurais?

R=.

5) A secretaria possui ônibus escolares? Quantos? Eles atendem quais comunidades e escolas?

R=

6) Qual trabalho desenvolvido pela secretaria com relação ao aprimoramento educacional de agricultores? Se não desenvolve nenhum trabalho, porque não desenvolve?

R=

7) A secretaria possui escolas nas áreas de produção de dendê?

R=

8) A secretaria possui alguma parceria de formação educacional para agricultores, com as empresas de dendê?

R=

9) A secretaria possui alguma parceria de formação educacional para agricultores, com o sindicato de agricultores?

R=

10) É feito algum trabalho pela secretaria com relação a orientação educacional, profissional, oficinas, voltadas para agricultores?

R=

11) É feito algum trabalho pela secretaria com relação a orientação educacional, profissional para as agricultoras?

R=

12) Na sua opinião o agronegócio do dendê possibilita o desenvolvimento local para o município, considerando a qualidade de vida, geração de empregos, oportunidade profissional?

R=

13) Na perspectiva da sustentabilidade ambiental, o agronegócio do dendê é positivo para o desenvolvimento sustentável do município de Tailândia? Porque?

R=

14) Na sua opinião o que a secretaria de educação poderia fazer para aprimoramento educacional e profissional de agricultoras em Tailândia, que trabalhem no dendê? Se já faz, especifique também.

R=

15) Quais ações desenvolvidas pela secretaria na cadeia do dendê, no que se refere a formação educacional? Especifique:

R=

APÊNDICE D



QUESTIONÁRIO SINDICATO – TRABALHO FEMININO RURAL, DENDÊ

**Projeto: MULHERES, TRABALHO E DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA:
TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS EM TAILÂNDIA – PA.**

I. Município:

Instituição:

II: Nome do(a) entrevistado(a):

Telefone: _____

Cargo : _____ . **E-**

mail: _____ .

Autorizo a publicação do meu nome como concedente das informações na pesquisa: (___)sim (___) não

Solicita que seja garantido anonimato do concedente das informações na pesquisa: (___)sim (___) não

1) _____ Q
 quantos agricultores rurais estão cadastrados no sindicato? Quantos ainda não estão cadastrados?

R=

2) _____ Q
 quantos assentamentos rurais existem no município?

R=

3) _____ O
 sindicato desenvolve algum tipo de curso, oficina, voltadas para o aprimoramento dos agricultores? Quais?

R=

4) _____ O
 sindicato possui uma relação com a secretaria municipal de educação? Existe uma parceria para realização de cursos voltados para os agricultores do município? Por que?

R=.

- 5) _____ A
secretaria possui uma relação com a secretaria municipal de meio ambiente? Existe uma parceria para realização de cursos ou outras ações para os agricultores?
R=
- 6) _____ O
sindicato faz levantamento de quantas mulheres agricultoras existem no município? Se sim, quantas? Se não porque?
R=
- 7) _____ Q
quantas agricultoras trabalham na dendicultura?
R=
- 8) _____ N
a sua opinião o agronegócio do dendê é positivo para a vida dos agricultores e desenvolvimento do município? Por que?
R=
- 9) _____ Q
quais as dificuldades que o sindicato enfrenta no município para o desenvolvimento de um trabalho melhor junto aos agricultores?
R=
- 10) _____ Q
quais trabalhos os agricultores vem desenvolvendo no município? Especifique:
R=
- 11) _____ O
sindicato vem realizando alguma aproximação com as empresas de dendê? Se sim, como e qual objetivo? Se não porque?
R=

APÊNDICE E



QUESTIONÁRIO – AGRICULTORAS

**Projeto: MULHERES, TRABALHO E DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA:
TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS EM TAILÂNDIA – PA.**

I. Município:

Comunidade:

II: Nome do(a) entrevistado(a):

Telefone:

SOBRE O PERFIL DA AGRICULTORA

Qual a sua idade?

_____.

Possui filhos? Quantos?

_____.

E qual seu grau de instrução?

1. Alfabetização	4. 1º ano do 2º grau	7. Superior incompleto	99. Ainda não estuda
2. Ensino fund. (1º ao 4º ano)	5. 2º ano do 2º grau	8. Superior completo	100. Analfabeto/não estudou
3. Ensino fund. (5º ao 9º ano)	6. 3º ano do 2º grau	9. Pós-graduação/mestrado/doutorado	

A senhora está estudando atualmente?

A senhora fez ou faz algum curso técnico para trabalhar com dendê? Se sim, qual?

Qual seu estado civil?

1. Solteiro(a) 2. Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a)
3. Separado(a)/divorciado(a)/desquitado(a) 4. Viúvo(a)

Qual seu local/município de origem/naturalidade?

Quanto tempo mora no município? E na comunidade?

Município: _____ Comunidade: _____

Quantas famílias moram na propriedade além da sua?

Essa(s) família(s) ocupam a mesma residência?

1. Sim 2. Não 3. Não se aplica

Alguém da família realiza ou concluiu curso técnico agrícola ou similar?

1. Sim 2. Não

Quais as atividades que já trabalhou em sua vida?

1. Sempre fui agricultor familiar

2. Trabalhei com _____ (sendo 1ª vez que sou agricultor familiar)

3. Outros _____

Qual a relação de vínculo ou parentesco que o chefe ou responsável pelo domicílio tem com essas pessoas que moram aqui nesta casa? Para os graus de parentesco / vínculo com chefe da casa:

2. Marido/esposa/parceiro(a)	5. Sobrinho(a)	8. Sogro/sogra	11. Avô/avo	14. Primo/a
3. Filha /filho	6. Tio/tia	9. Pai/Mãe	12. Amigo/a	15. Outros (anote)
4. Irmão/irmã	7. Nora/genro	10. Neto/neta	13. Cunhado/a	

Qual a ocupação principal da senhora? :

1. Assalariado c/ carteira assinada	3. Autônomo/Conta própria	5. Funcionário público	7. Desempregado	9. Dona de casa
2. Assalariado s/ carteira assinada	4. Autônomo regularizado	6. Aposentado/a/Pensionista	8. Só estuda	99. Sem ocupação

Quem da família trabalha ? onde?

 _____.

Alguém da família ajuda a senhora nas atividades domésticas?

SOBRE O TRABALHO

ANTES DO DENDÊ

Quais atividades eram realizadas pela senhora antes do dendê?

Qual era a sua renda antes do dendê?

Como era a rotina diária de trabalho antes da dendeicultura?

A senhora gostava da sua forma de trabalho antes da chegada do dendê? Porquê?

Como era a relação familiar antes da chegada do dendê? Qual era o seu papel na família? Houve alguma mudança?

Onde a família mora?

Vocês possuem a posse da Terra? De quem é a posse?

DURANTE O DENDÊ

A família participa do Programa de incentivo à produção de dendê?

O que a senhora acha de estar trabalhando com o dendê?

A vida melhorou com o trabalho no dendê?

Como ficou a sua renda com a dendeicultura? Melhorou ?

Quais os bens e utensílios domésticos que a família tinha antes do Programa e quais dispõe hoje?

Tipo	nº Antes	nº Hoje
Aparelho de TV		
TV p/ Assinatura		
Computador		
Geladeira		
Antena Parabólica		
Máquina Lavar Roupa		
Ar Condicionado		
Motocicleta		
Automóvel		
Bicicleta		
Fogão		
Terra		
Casa		

Não sua opinião, quais os impactos, os efeitos, da produção de dendê sobre a agricultura familiar ?

A vida melhorou com a produção de dendê ? Explique.

SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Fortalece a democracia, promove a inclusão social, combate a pobreza.

O microcrédito do dendê melhorou as condições de vida das famílias de agricultores?

Há escolas próximas às comunidades rurais?

Na sua opinião existem vagas suficientes para todos os que estão em idade escolar

Com relação a produção de outras culturas diferentes do dendê, estas somam na renda familiar? Há mercado local para consumo desta produção?

Existe creches para as crianças das famílias rurais?

Existe posto de saúde próximo a comunidade de agricultores? Qual a distância aproximada?

Tem médico para atender as pessoas? Como você caracteriza o serviço?

Tem pediatra para atender as crianças? Como você caracteriza o serviço?

O que a prefeitura municipal poderia fazer pelos agricultores em sua opinião para melhoria das condições de vida?

Com relação ao deslocamento para a cidade? Como é realizado?
